

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ADRIANO MACHADO GONÇALVES

**A CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO POR
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Florianópolis

2010

ADRIANO MACHADO GONÇALVES

**A CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO POR
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Dr. Sérgio Murilo Petri

Florianópolis

2010

ADRIANO MACHADO GONÇALVES

**A CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO POR
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 25, de novembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Sérgio Murilo Petri, Dr
Orientador

Joisse Antonio Lorandi, Dr
Membro

Maíra Melo de Souza
Membro

A minha família, que sempre acreditou em mim, sendo os principais responsáveis pela minha formação.

RESUMO

GONÇALVES, Adriano Machado. **A captação de capital de giro por micro e pequenas empresas**. 2010. 76 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O capital de giro está diretamente associado às fontes que a empresa necessita para financiar seu crescimento. O estudo abordou os principais conceitos, modalidades e características da administração do capital de giro para as Micro e Pequenas Empresas. O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo comparar as diversas alternativas existentes no mercado brasileiro, no que tange o oferecimento de crédito através das linhas de capital de giro para a continuidade existencial ou até aproveitamento de oportunidades por parte das micro e pequenas empresas. O estudo realizado foi descritivo e a obtenção dos dados deu-se através de pesquisa bibliográfica, já que em um primeiro momento obtiveram-se as informações sobre o tema e, em seguida, aprofundaram-se os conhecimentos referentes à obtenção de crédito via capital de giro para micro e pequenas empresas e sua administração. Com isso destaca-se a importância das micro e pequenas empresas para o Brasil e também para economia mundial, conseqüentemente nota-se um número cada vez maior de linhas de crédito destinadas a tal nicho no mercado financeiro.

Palavras-chave: Capital de Giro; Micro e Pequenas Empresas; Administração de Caixa; Modalidades de Crédito.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Estrutura Patrimonial de uma Empresa.....	25
Figura 02: Fontes de Financiamento Capital de Giro.....	43
Figura 03: Fontes Operacionais	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Capital de Giro Permanente e Sazonal.....	27
Gráfico 02: Equilíbrio Financeiro Tradicional.....	28
Gráfico 03: Financiamento de risco mínimo	28
Gráfico 04: Maiores Bancos no Mercado Brasileiro	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Características “C” da concessão de créditos	20
Quadro 02: Custo do Encerramento das Micro e Pequenas Empresas	21
Quadro 03: Classificação das operações de crédito por nível de risco	38
Quadro 04: Os Programas Garantidores no Brasil	40
Quadro 05: Antecipação Banco do Brasil	60
Quadro 06: Crédito rotativo Banco do Brasil	61
Quadro 07: Antecipação Itaú	62
Quadro 08: Crédito rotativo Itaú	63
Quadro 09: Antecipação Bradesco	64
Quadro 10: Crédito rotativo Bradesco	65
Quadro 11: Antecipação Caixa Econômica Federal	66
Quadro 12: Crédito rotativo Caixa Econômica Federal	67
Quadro 13: Antecipação Santander	68
Quadro 14: Crédito Rotativo Santander	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
1.5 ORGANIZAÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	15
2.2 CRÉDITO	17
2.3 A ANÁLISE DE CRÉDITO	18
2.3.1 Os C's do crédito	19
2.4 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – ASPECTOS ECONÔMICOS	20
2.5 ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO	22
2.5.1 Relação entre capital de giro e sua necessidade	24
2.5.2 Dificuldades na administração do capital de giro	30
2.5.2.1 Formação de reserva financeira	30
2.5.2.2 Encurtamento do ciclo econômico	31
2.5.2.3 Controle de inadimplência	31
2.5.2.4 Diminuição das dívidas	31
2.5.2.5 Prolongamento do perfil de endividamento	31
2.5.2.6 Redução dos gastos	32
2.5.3 Ciclos operacional, financeiro e econômico	32
2.5.4 Fator risco-retorno na administração do capital de giro	33
2.5.5 Equilíbrio financeiro	34
2.5.6 Indicadores de liquidez	35

2.5.6.1	Liquidez imediata	35
2.5.6.2	Liquidez seca	36
2.5.6.3	Liquidez corrente	36
2.5.6.4	CCL X Liquidez	37
2.5.6.5	CCL X Rentabilidade	37
2.6	LIMITE DE CRÉDITO	37
2.6.1	Classificação das operações de crédito por nível de risco e provisionamento	38
2.6.2	Sistema de garantia no Brasil: Programa de garantias	39
2.6.3	Os programas garantidores no Brasil	39
2.6.4	Cadastro	40
2.7	PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO NO MERCADO BRASILEIRO	42
2.7.1	Crédito rotativo	45
2.7.1.1	Cheque especial	45
2.7.1.2	Conta garantida	47
2.7.1.3	Hot Money	48
2.7.2	Descontos	48
2.7.2.1	Desconto de duplicatas/títulos	49
2.7.2.2	Desconto de cheque pré-datado	50
2.7.2.3	Desconto de nota promissória	51
2.7.2.4	Desconto de fatura de cartão de crédito	51
2.7.3	Resolução 2.770	52
3	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	54
3.1	Banco do Brasil	54
3.1.1	BB giro rápido	55
3.1.1.1	Capital de giro	55
3.1.1.2	Cheque especial	56
3.1.2	BB giro empresa flex	56
3.1.3	BB giro décimo terceiro salário	57
3.1.4	BB capital de giro Mix Pasep	57
3.1.5	Cheque ouro empresarial	58
3.1.6	FAT giro setorial	58
3.1.7	BB capital de giro	58

3.1.8 antecipação de recebíveis	59
3.2 ITAÚ	62
3.3 BRADESCO	64
3.4 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	66
3.5 SANTANDER	68
3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	70
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
4.1 Generalidades	71
4.2 Alcance dos Objetivos	72
4.3 Limitações de Pesquisa.....	72
4.4 Recomendações para Futuras Pesquisas.....	72
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

É notório o importante papel que as micros e pequenas empresas têm desempenhado na atual economia. Além de serem instituições geradoras de emprego, e sendo assim cumprem um determinado papel social, elas também são a origem de médias empresas.

Este segmento da economia é tão representativo que o último levantamento realizado pelo SEBRAE (2008), informa que das 133.734 empresas do Estado de Santa Catarina, 115.162 são microempresas e 16.138 são pequenas empresas, o que demonstra a importância desse segmento para economia do Estado. Pelo fato das micros e pequenas empresas apresentarem esta representatividade, se faz necessário que se dê uma atenção especial à administração do capital de giro.

Conforme Assaf Neto e Silva (2009, p. 13), “uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência”.

Uma boa administração do capital de giro, bem como conhecer os melhores meios de obtê-lo podem levar ao sucesso organizacional deste número elevado de micros e pequenas empresas.

Como complemento, este trabalho traz a tona a questão pontual da administração do capital de giro e sua necessidade em suprir o fluxo financeiro das micro e pequenas empresas; dando ênfase principalmente à função disponibilizadora de crédito das cinco principais instituições bancárias atuantes no mercado brasileiro (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander), e às modalidades creditícias disponibilizadas por elas e suas respectivas características comerciais.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Partindo do fato de que muitas empresas acabam necessitando da inserção de capital de terceiros em seus respectivos negócios e que estes são disponibilizados por diversas instituições financeiras, se torna relevante que se conheça as diversas alternativas de produtos e serviços oferecidos por estas organizações, bem como suas características e condições de contratação, com o

objetivo de que se escolha a alternativa mais adequada às micros e pequenas empresas.

A partir do exposto surge a questão objeto da pesquisa: Quais as opções de crédito disponíveis nos cinco maiores bancos do Brasil para as micro e pequenas empresas?

1.2 OBJETIVOS

Para responder ao problema formulado anteriormente, estabelecem-se os seguintes objetivos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar as opções de crédito, existentes nos cinco maiores bancos do Brasil, para as micro e pequenas empresas.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral e conseqüentemente, responder ao problema proposto definiu-se como objetivos específicos, os seguintes:

- a) Delinear o fluxo da administração do capital de giro para as micro e pequenas empresas
- b) Apresentar o processo de obtenção de crédito via capital de giro pelas micro e pequenas empresas.
- c) Identificar as linhas disponíveis de tais modalidades pelos principais Bancos no mercado brasileiro.
- d) Apresentar as vantagens e desvantagens por instituições financeiras pesquisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

É função dos Bancos decidirem sobre a aprovação ou não da solicitação de empréstimo, bem como liberar os recursos financeiros para as micro e pequenas empresas. Porém o administrador da empresa deve estabelecer criteriosa análise da necessidade por crédito e uma eventual opção pelo capital de giro. A análise do capital de giro revela a margem de recursos que a empresa tem para manter seu financiamento.

Esse conhecimento diminuirá o tempo entre negociação de taxas e efetiva liberação do recurso, pois a empresa já saberá qual o empréstimo que necessita e quais são as exigências do Banco para contratação do mesmo. Esse tempo ganho poderá evitar problemas na atividade da empresa, como por exemplo: não recebimento de mercadorias por falta de recurso, atrasos em pagamentos, déficit em seu fluxo de caixa, etc.

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) têm demonstrado extrema importância para economia global e à sociedade brasileira, onde inúmeros fatores influenciam seu desempenho, por este motivo se abordará especificamente as linhas de créditos dos bancos voltadas para estas empresas, com a finalidade de auxiliar na busca de recursos necessário ao bom andamento de suas atividades.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia é o conjunto de técnicas e processos utilizados em cada etapa do projeto para atingir os objetivos estabelecidos. É na metodologia que se determina o tipo de pesquisa, a população e a amostra que será analisada e as técnicas e procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados, identificando, assim, a melhor forma de análise do contexto que cerca a criação da empresa.

No item metodologia, deve ser descrito todo o projeto e execução metodológicos da pesquisa, tais como o método de amostragem, a determinação do número de elementos da amostra, o método de coleta de dados, os procedimentos para análise. Os objetivos de apresentar a metodologia no corpo do relatório compreendem: sumarizar os aspectos metodológicos do projeto de pesquisa de forma a torná-los compreensíveis para os leitores não técnicos e despertar confiança na qualidade dos procedimentos adotados e, conseqüentemente, nos resultados da pesquisa. (MATTAR, 1998, p. 182).

Já Oliveira (2002, p. 57) define método, palavra que deriva da metodologia, como "conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos".

A metodologia é um conjunto de procedimentos necessários para alcançar os fins de uma pesquisa. "Tem como objetivo identificar e analisar os recursos metodológicos, assinalar suas limitações, explicitar seus pressupostos e as conseqüências de seu emprego", (VERA 1974, p. 7).

Este trabalho de pesquisa é caracteristicamente descritivo foi preliminarmente, já que em um primeiro momento obtiveram-se as informações sobre o tema e, em seguida, aprofundaram-se os conhecimentos referentes à obtenção de crédito via capital de giro para micro e pequenas empresas e sua administração.

Pode-se dizer que em relação aos procedimentos de obtenção dos dados deu-se através de pesquisa bibliográfica e em relação aos procedimentos técnicos por meio de pesquisa qualitativa.

1.5 ORGANIZAÇÃO

O presente trabalho será composto por quatro capítulos, onde é abordado a introdução e a fundamentação teórica e a demonstração das linhas de créditos pesquisadas.

No capítulo 1 é exposto o tema e o problema, o objetivo geral e os específicos, a justificativa, a metodologia, as limitações da pesquisa e a organização do trabalho.

O capítulo 2 aborda a fundamentação teórica, onde serão caracterizados o objetivo geral e os objetivos específicos, desta forma clareando os argumentos apresentados, tendo em vista sua importância.

No capítulo 3 serão demonstradas e analisadas as principais soluções de crédito para o gerenciamento de fluxo de caixa disponibilizados pelos maiores bancos do mercado brasileiro, também o financiamento do ciclo operacional e o saneamento das necessidades para a compra de matérias-primas e mercadorias das micro e pequenas empresas, mais especificamente a linha de capital de giro.

O capítulo 4 traz a conclusão do trabalho juntamente a uma contextualização

geral do trabalho, no que tange o alcance dos objetivos, as limitações da pesquisa e as recomendações para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem como objetivo agregar informações e dados visando um maior entendimento dos temas abordados no trabalho, conforme um referencial teórico.

2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O Banco Central do Brasil classifica as instituições financeiras de acordo com suas funções e respectivas formas de atuar da seguinte maneira: Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedade de Crédito Imobiliário, e os Bancos Múltiplos.

Bancos Comerciais – De acordo com Fortuna (1999, p. 22), os bancos comerciais são classificados como sendo: “intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos, naturalmente criando moeda através do efeito multiplicador do crédito”.

Este tipo de instituição financeira cumpre seus objetivos por meio de atendimento em agências bancárias, *home banking* ou *internet*, sendo que seu objetivo principal é delineado por Fortuna (1999, p. 22), como sendo o de “proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviço e as pessoas físicas”.

Segundo Bodie & Merton (2002), os primeiros bancos surgiram há centenas de anos nas cidades da Renascença italiana, suas principais funções eram servir como mecanismo de compensação e liquidação de pagamentos, facilitando assim, o comércio de bens e serviços que começou a florescer na Itália naquela época.

No Brasil o sistema financeiro nacional possui uma longa história, porém sua consolidação somente ocorreu com criação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, chamada Lei de Reforma Bancária. Num levantamento realizado pela Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN demonstra que em 2007 o Brasil possuía no mercado 156 bancos, com 18.308 agências.

...os bancos comerciais podem: descontar títulos; realizar operações de abertura de crédito simples ou em conta corrente (contas garantidas); realizar operações especiais, inclusive de crédito rural, de câmbio e comércio internacional; captar depósitos à vista e a prazo fixo; obter recursos externos para repasse; efetuar a prestação de serviços, inclusive mediante convênio com outras instituições. (FORTUNA, 1999, p. 22)

Adicionalmente, há uma gama de prestações de serviços de natureza financeira que complementam o atendimento às necessidades de seus clientes, sendo assim, um agente fundamental para atividade econômica de qualquer país.

Aos bancos comerciais é privativo receber em depósito os recursos monetários da economia (pessoas físicas e jurídicas), tanto sob a forma de moeda manual, quanto escritural (depósito à vista), que são multiplicados por essas instituições pelo mecanismo operacional: 'depósitos geram empréstimos, e estes geram novos depósitos'. O Banco Central, portanto cria moeda, e os bancos comerciais tem o poder de multiplicá-la, aumentando o volume dos meios de pagamento. (FORTUNA, 1999, p. 58)

A quantidade de instituições bancárias no mercado é grande, porém, a empresa precisa buscar a melhor opção conforme suas necessidades.

Bancos de Investimento – Santos (1999, p. 100) define o seguinte:

Os bancos de investimento são instituições financeiras que têm como objetivo principal a prática de operações de investimento, participação ou de financiamento a prazos médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprio e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros.

Estas instituições cumprem seus objetivos ao oferecer empréstimos, financiamentos ou lançamento de títulos, tais como, ações e debêntures.

Fortuna (1999, p. 331), define o seguinte: “uma ação representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações”.

Após esta compreensão faz-se importante definir o termo debênture e conforme Santos (1999, p. 136) “debêntures são títulos de crédito mediante os quais a empresa emissora promete pagar juros e principal ao investidor”.

Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento – Conforme Fortuna (1999, p. 25) a principal função destas instituições também chamadas comumente de financeiras é o de “financiar bens de consumo duráveis por meio do popularmente conhecido ‘crediário’ ou crédito direto ao consumidor”.

Sociedades de Crédito Imobiliário – Segundo Santos (1999, p. 122), “as sociedades de crédito imobiliário têm como objetivo proporcionar amparo financeiro a operações imobiliárias relativas a incorporação, construção, venda ou aquisição de habitação”.

Bancos Múltiplos – Fortuna (1999) define que estes bancos são caracterizados por atuarem nos diversos segmentos acima citados. Têm seu funcionamento autorizado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É importante salientar que um banco para ser considerado múltiplo, deve ter sua atuação em pelo menos duas destas carteiras: comercial, imobiliária, financeira e investimento.

É importante salientar que este trabalho tem como título a captação de capital de giro por micro e pequenas empresas, e por este motivo se faz importante que se enfatize a atuação dos bancos comerciais e múltiplos no oferecimento desta modalidade de crédito. A seguir serão enfatizadas especificamente outras características destas instituições (bancos comerciais e múltiplos) para que sequencialmente sejam cumpridos os objetivos deste trabalho

O oferecimento das linhas de capital de giro às MPEs estão diretamente ligadas à grande demanda de oferta de crédito por parte dos bancos e por este motivo é relevante que se compreenda o significado da palavra crédito e suas principais características.

2.2 CRÉDITO

A escassez de recursos leva a necessidade do crédito. Silva apud Securato (2002, p. 17) define o seguinte:

o vocábulo crédito define um instrumento de política de negócios a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial na venda a prazo de seus produtos ou por banco comercial, por exemplo, na concessão de empréstimos, financiamento ou fianças.

A palavra crédito dentro do contexto bancário está associada ao empréstimo de determinado valor com o compromisso de pagamento em uma data futura, por um preço previamente definido e acordado entre as partes.

Silva (1998, p. 23) afirma o seguinte em relação a concessão do crédito:

A concessão de crédito num banco comercial, portanto, consiste em emprestar dinheiro, isto é, colocar a disposição do cliente determinado valor monetário em determinado momento, mediante promessa de pagamento futuro, tendo como retribuição por essa prestação de serviço determinada taxa de juros, cujo recebimento poderá ser antecipado, periódico ou mesmo ao final do período, juntamente com o principal emprestado.

O Crédito pode ser a solução para uma empresa que está tendo dificuldades em seu ciclo financeiro e organizacional, mas se não existir uma real necessidade, o crédito pode ser prejudicial ao alcance dos objetivos financeiros e organizacionais, conforme argumenta Silva (1998):

O crédito pode ainda fazer com que as empresas aumentem seu nível de atividade; estimular o consumo influenciando na demanda; cumprir uma função social ajudando as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; facilitar a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes. A tudo isso, por outro lado deve-se acrescentar que o crédito pode tornar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser componente de um processo inflacionário. (SILVA, 1998, p. 23)

É importante considerar que quando se fala de crédito não se pode desconsiderar o risco de não receber os valores acordados e por este motivo as instituições bancária realizam uma prévia análise baseada nos chamados C's do Crédito.

2.3 ANÁLISE DE CRÉDITO

Com o intuito de minimizar os riscos e melhorar a análise para verificar se uma determinada MPE tem capacidade de pagamento ou pelo menos potencial para honrar seus compromissos com as instituições financeiras, foram estabelecidos os denominados C's do crédito.

Conforme Gitman (2002, p. 696),

A seleção de crédito de uma empresa envolve determinar se o crédito deve ser concedido a um cliente e o limite quantitativo a ser concedido a ele. Fontes apropriadas e métodos de análise de crédito devem ser envolvidos, pois cada um desses aspectos é importante para a administração bem-sucedida das duplicatas a receber. Nesse sentido, passamos a analisar os "5 C's" do crédito, os quais constituem o foco tradicional para a determinação da capacidade creditícia dos solicitantes.

Pode-se observar que o crédito está diretamente ligado à confiança entre instituições financeiras e clientes, por esta razão que dá-se muita importância à uma análise bem executada.

Quando se trata de uma análise bem executada é importante que esta seja composta por uma inserção de dados técnicos, mas que em hipótese alguma pode se descartar as impressões humanas a respeito do solicitante.

O analista de crédito dá maior importância aos dois primeiros C's – caráter e capacidade – uma vez que eles representam os requisitos fundamentais para a concessão de crédito a um solicitante. A consideração para os demais C's – capital, colateral e condições – é importante para a definição do acordo do crédito e tomada de decisão final, a qual depende da experiência e do julgamento do analista. (GITMAN, 1997, p. 697).

Para que se compreenda como ocorre a análise acima citada é relevante que se defina os respectivos C's do crédito.

2.3.1 OS C's do crédito

Partindo do princípio que as financeiras necessitam fazer uma boa análise para que possam fornecer crédito para seus clientes, definiu-se algumas características que são conhecidas como os C do crédito. Apesar de haver divergências entre alguns autores sobre a quantidade e em alguns casos até de nomenclatura, serão especificados neste trabalho os seguintes: Caráter, Capacidade, Condições, Capital e Colateral.

A adequada análise de crédito é crucial para a atividade bancária, ao possibilitar a redução do risco de crédito, após a identificação dos pontos fortes e pontos fracos de clientes prospectivos e de clientes com relacionamento já inicializados em concessões de crédito. Segundo o autor, a identificação do risco de crédito é essencial para a tomada de decisão, classificação de risco e precificação do empréstimo. (PIROK 1994 apud SANTOS, 2000, p. 44)

O risco não pode ser eliminado por completo, mas pode ser minimizado, por esta razão as instituições financeiras tem procurado aperfeiçoar seus métodos de análise de crédito através desta metodologia de observar os C's do crédito.

A seguir será apresentado um quadro contendo a definição e os aspectos mais relevantes dos itens que compõem os C's do crédito.

“C” do Crédito	Definição	Aspectos relevantes
Caráter	Refere-se à intenção do tomador em cumprir as obrigações assumidas.	É obtido tecnicamente através de dados cadastrais, obtidos junto a bancos fornecedores e por meio de pesquisas cadastrais realizadas em órgãos especializados, tais como: SPC, SERASA e outros.
Capacidade	Está relacionada ao potencial do solicitante em poder pagar o crédito solicitado.	É obtido por meio de análise de demonstrativos financeiros, tais como: índices de liquidez e de endividamento.
Condições	Está relacionada ao planejamento estratégico da empresa e sua habilidade de lidar com condições empresariais e econômicas vigentes, bem como as contingências mercadológicas que poderão surgir.	Atenção ao micro e macro ambientes.
Capital	Refere-se a solidez econômica e financeira do solicitante, ou seja, pode ser mensurado através dos bens e recursos possuídos pela empresa.	O total de exigíveis da empresa, bem como os índices de lucratividade são utilizados para determinar este item.
Colateral	São as garantias que podem ser dadas com o intuito de viabilizar o crédito e seu respectivo pagamento.	Podem ser reais(bens) e/ou fidejussórias (aval).

Quadro 1: Características “C” da concessão de créditos

Fonte: Adaptado de Gitman (1997)

Este quadro apresenta ferramentas muito importantes no que tange a boa análise de crédito fornecendo ao analista dados concretos que auxiliam na tomada de decisão.

2.4 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – ASPECTOS ECONÔMICOS

É de importância que se conheça as delimitações legais relativas ao estatuto que define o porte das micro e pequenas empresas no Brasil, pois este trabalho apresentará as linhas de crédito que possuem estes tipos de empresas como seu público alvo.

Para efeito de denominação e classificação é relevante que se ressalte a definição encontrada na lei complementar nº 123 datada de 14 de dezembro de

2006, cujo terceiro artigo do segundo capítulo estabelece o seguinte:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/TEM), de 2000, 93% do total dos estabelecimentos empregadores do Brasil são constituídos por empresas de micro e pequeno porte (com até 100 empregados), e nos anos de 1999 e 2000 foram responsáveis por 96% dos empregos, respondendo também em torno de 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com estas informações, observa-se que as micro e pequenas empresas tem ainda uma pequena participação no que se refere ao PIB brasileiro.

Para Sachs (2003), a alocação adequada das pessoas em um âmbito de pleno desenvolvimento está exatamente na contemplação da diversidade das formas de trabalho encontrada nas MPEs. Desta forma, gera-se um maior número de empregos, acarretando uma relevante contribuição no intento de reduzir a pobreza.

No Brasil, a quantidade de MPEs que encerram suas atividades ainda é bem alta. Conforme dados do SEBRAE (2010), 32% fecham em menos de um ano; 44% em menos de dois anos; 56% em menos de 3 anos; 66% em menos de 4 anos e, por fim, 71% delas em menos de 5 anos. O principal motivo dá-se em função de: falta de capital de giro (24,1%); alta carga tributária (16%); ausência de clientes (8%); grande concorrência (7,1%) e baixa rentabilidade (6,1%).

Tais dados são confirmados no quadro 2:

Empresas Encerradas	R\$ 727.000
Perda de Investimentos	R\$ 19,8 bilhões
Postos de Trabalhos Reduzidos	R\$ 2,4 bilhões

Quadro 2: Custo do Encerramento das Micro e Pequenas Empresas

Fonte: SEBRAE (2010)

O SEBRAE (2010), ainda informa que no Brasil apenas 10% do total de crédito ofertado é destinado às MPEs. Isto porque, segundo o instrumento de política monetária aplicado no Brasil, *open market*, o restante (90%) é direcionado para financiar o déficit nominal (superávit primário menos juros da dívida interna; neste caso, os juros são maiores que o superávit primário, por isso deficitário) do governo através da emissão de venda de títulos bancários, tendo como resultado uma drástica redução de quantidade de dinheiro em circulação.

Para Sachs (2003), é preciso transcender a uma análise meramente econômica das MPEs e, para avaliação destas, levar especialmente em consideração a sua importância social ligada à função sócio-econômica que exercem e aos serviços de proximidade que prestam. Este autor reitera ainda que as MPEs merecem um estudo aprofundado devido ao fato de elas fazerem parte de um quarto segmento que emerge, considerado como economia solidária. A economia solidária pode ser entendida como instituições intermediárias dos dois campos que elas amparam, o campo político e o campo econômico.

2.5 ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

Toda empresa necessita de capital de giro para desempenho de suas atividades. Segundo Hoji (2003, p. 110) “o capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que transformam-se constantemente dentro do ciclo operacional”.

Assaf Neto & Silva (2002, p. 135), destaca a importância do capital de giro nas empresas ao afirmar que “o capital de giro tem importância relevante no desempenho operacional das empresas, cobrindo geralmente mais da metade de seus ativos totais investidos”.

Sendo assim, se torna necessário um controle constante na utilização das fontes de financiamento do capital de giro, pois de acordo com Assaf Neto e Silva (2009, p. 15) “o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas, mercadorias até o recebimento pela venda do produto acabado”.

Sem capital de giro não há funcionamento adequado das empresas, e é importante salientar que o porte da organização também determina os meios para

conseguir financiamento do referido capital.

Empresas grandes, e bem avaliadas por institutos especializados, geralmente têm amplo acesso a financiamentos de capital de giro, já as pequenas empresas geralmente financiam suas necessidades de capital de giro com empréstimos em bancos locais. (GITMAN, 2000, p. 237).

Como o foco deste trabalho são as micro e pequenas empresas se torna indispensável que se demonstre como se dá o acesso destas ao crédito oferecido pelo mercado.

A administração de capital de giro abrange administração das contas circulantes da empresa, incluindo ativos e passivos circulantes. A administração de capital de giro é um dos aspectos mais importantes da administração financeira considerada globalmente (...).(GITMAN 1987, p. 279).

Assaf Neto e Silva (2009, p.13), destacam que “a administração do capital de giro trata dos ativos e passivos correntes como decisões interdependentes”.

Partindo do ponto que o ativo é a parte do balanço que demonstra onde foram aplicados os recursos da empresa e o passivo é constituído por recursos de terceiros colocados na empresa através de obrigações ou dívidas, se faz necessário que se compreenda a importância destes ativos correntes.

A presença de ativos correntes (o capital da empresa que circula até transformar-se em dinheiro dentro de um ciclo de operações) na estrutura financeira das empresas é importante para viabilizar financeiramente seus negócios e contribuir para a formação do retorno econômico do investimento realizado. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p.13)

Em relação ao capital de giro é importante que se conheça como estes estão alocados dentro de uma empresa e em que proporções Assaf Neto e Silva (2009) explicam que a importância e o volume de capital de giro tem como principal fator determinante o volume de vendas e este é determinado através dos estoques, valores a receber e caixa.

É relevante considerar que as estratégias operacionais das empresas estão diretamente atreladas à busca de uma boa administração do capital de giro, pois este está interligado aos resultados organizacionais.

De acordo com Assaf Neto e Silva (2009), uma das tarefas de maior sensibilidade e repercussão é a definição do montante de capital de giro a ser utilizado por uma determinada empresa.

Desta maneira pode-se observar a importância de uma busca constante

pelo aprimoramento da administração financeira, bem como da informação da contabilidade para as micro e pequenas empresas, com o intuito de disponibilizar as informações necessárias, para que os empresários ou administradores das MPEs possam alocar os recursos necessários ou encontrar no mercado financeiro as linhas de crédito que se adaptam as necessidades reais de suas respectivas organizações.

2.5.1 Relação entre capital e giro e sua necessidade

Para seu funcionamento, as empresas utilizam recursos materiais de renovação lenta (imóveis, instalações, máquinas, equipamentos), denominados capital fixo ou permanente, e recursos de rápida renovação (dinheiro, créditos, estoques) que formam seu capital circulante ou capital de giro, também chamado de ativo corrente.

Capital de giro, portanto, são os recursos circulantes que sustentam as operações do dia-a-dia da empresa e representa a parcela do investimento que circula de uma forma a outra, durante a condução normal dos negócios, sendo que a redução do ciclo operacional influencia diretamente no capital de giro de uma organização.

Assaf Neto e Silva (2002, p. 204) mostram a importância da redução do ciclo operacional da seguinte forma:

Por exemplo, o disponível é reduzido por compras de estoque; os estoques, por sua vez são transformados em vendas; se as vendas forem à vista, ocorre uma elevação do disponível; se as vendas forem a prazo, a conta de valores a receber é alterada transformando-se em disponível quando do recebimento, e assim por diante.

As MPEs devem verificar que uma boa gestão do capital de giro está diretamente relacionada com uma alta rotatividade de seu ativo circulante, pois o fluxo operacional torna-se muito dinâmico.

De acordo com Assaf Neto (2002), o patrimônio é formado pelos grupos apresentados a seguir:

- a) **Ativo Cíclico**: formado por duplicatas a receber, provisão para devedores duvidosos, adiantamento a fornecedores, estoques, adiantamento a empregados, impostos indiretos a compensar, despesas operacionais

antecipadas etc.;

b) **Ativo Financeiro**: formado por disponibilidades, fundo fixo de caixa, aplicações financeiras, depósitos judiciais, restituições de IR, créditos de empresas coligadas/controladas etc.;

c) **Ativo Permanente**: formado pelo imobilizado, investimentos, diferido e realizável a longo prazo.

d) **Passivo Cíclico**: formado por fornecedores, impostos indiretos (Pis/Cofins, ICMS, IPI), adiantamentos de clientes, provisões trabalhistas, salários e encargos sociais, participações de empregados, despesas operacionais, etc.;

e) **Passivo Financeiro**: formado por empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo, duplicatas descontadas, imposto de renda e contribuição social, dividendos, dívidas com coligadas e controladas, etc.;

f) **Passivo Permanente**: formado pelas contas do exigível a longo prazo e do patrimônio líquido.

A Figura 01 ilustra essa estrutura patrimonial da seguinte forma:



Figura 01: Estrutura Patrimonial de uma Empresa

Fonte: Assaf Neto (2002)

Conforme SEBRAE (2010) existem duas formas de se calcular a real necessidade de capital de giro por parte de uma empresa, ou seja, uma destas ocorre através do saldo das contas do balanço patrimonial, enquanto que a outra é realizada por meio da análise do ciclo financeiro.

De acordo com SEBRAE (2010) a fórmula do cálculo de necessidade do capital de giro através do saldo das contas do balanço patrimonial é a seguinte:

$$\text{NCG} = \text{Valor das contas a receber} + \text{Valor em estoque} - \text{valor das contas a pagar}.$$

O SEBRAE (2010) também disponibiliza a fórmula para cálculo da necessidade de capital de giro através da análise do ciclo financeiro, sendo que este ciclo é composto por: Prazo Médio de Estoques + Prazo Médio de Recebimentos - Prazo Médio de Pagamentos

$$\text{NCG} = \text{"Ciclo" Financeiro} \times \text{Valor das Vendas por Dia}$$

$$\text{PM Recebimentos } 30 \text{ dias} + \text{PM Estoques } 45 \text{ dias} - \text{PM Pagamentos } 35 \text{ dias} = \text{"Ciclo" Financeiro: } 40 \text{ dias}$$

Assaf Neto e Silva ressaltam o seguinte:

Num sentido mais amplo, o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 15)

Nota-se a importância do capital de giro relação ao ciclo operacional de uma empresa, pois o mesmo é identificado em todas as etapas deste ciclo.

Assaf Neto e Silva definem o seguinte sobre os elementos que compõem o capital de giro ou ativo circulante:

Os elementos que compõem o ativo circulante não costumam apresentar sincronização temporal equilibrada em seus níveis de atividade. Evidentemente, se as atividades de seus vários elementos ocorressem de forma perfeitamente sincronizada, não haveria necessidade de se manterem recursos aplicados em capital de giro. Por exemplo, se todas as vendas fossem realizadas à vista, inexistiriam investimentos em valores a receber. Da mesma forma verificando a sincronização entre a produção e as vendas, isto é, se as atividades ocorressem de maneira totalmente integrada, tornar-se-iam desnecessários investimentos em estoques de produtos acabados. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 15)

Em outras palavras o capital de giro pode ser compreendido como o conjunto de recursos que uma empresa utiliza com o objetivo de financiar suas atividades, de forma cíclica, pois o referido capital gira pelas contas do balanço indefinidamente.

Conforme Samanez (2002) apud E. Küster, F. Küster e K. Küster (2006, p. 44), "o capital de giro está constituído pelos recursos utilizados nas atividades produtivas da empresa e são desembolsos que retornam durante o ciclo produtivo".

É relevante considerar que o capital de giro pode ser dividido em fixo,

também denominado de permanente e variável, também chamado de sazonal.

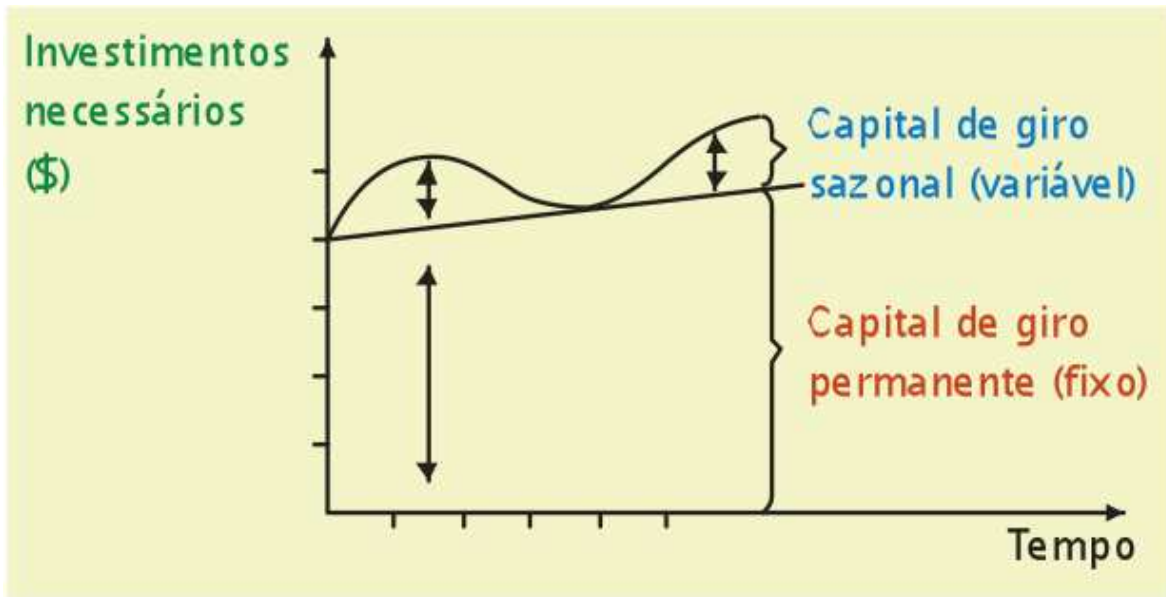


Gráfico 01: Capital de Giro Permanente e Sazonal

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2002)

Conforme este primeiro gráfico, pode se observar que o capital de giro permanente é a parcela mínima de capital necessária para que uma empresa cumpra as fases de seu ciclo operacional e funcione normalmente. Enquanto que o capital de giro variável é constituído pelas necessidades adicionais que advém em ciclos sazonais.

Assaf Neto e Silva afirmam o seguinte a respeito do capital de giro permanente e sazonal:

O capital de giro permanente refere-se ao volume mínimo de ativo circulante necessário para manter a empresa em condições normais de funcionamento. O capital de giro variável, por seu lado, é definido pelas necessidades adicionais e temporais de recursos verificadas em determinados períodos e motivadas, principalmente, por compras antecipadas de estoques, maior morosidade no recebimento de clientes, recursos de disponível em trânsito, maiores vendas em certos meses do ano etc. Estas operações promovem variações temporais no circulante, e são, por isto, denominadas de sazonais ou variáveis. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 15)

O financiamento do capital de giro está diretamente relacionado com os prazos em que este ativo é financiado.

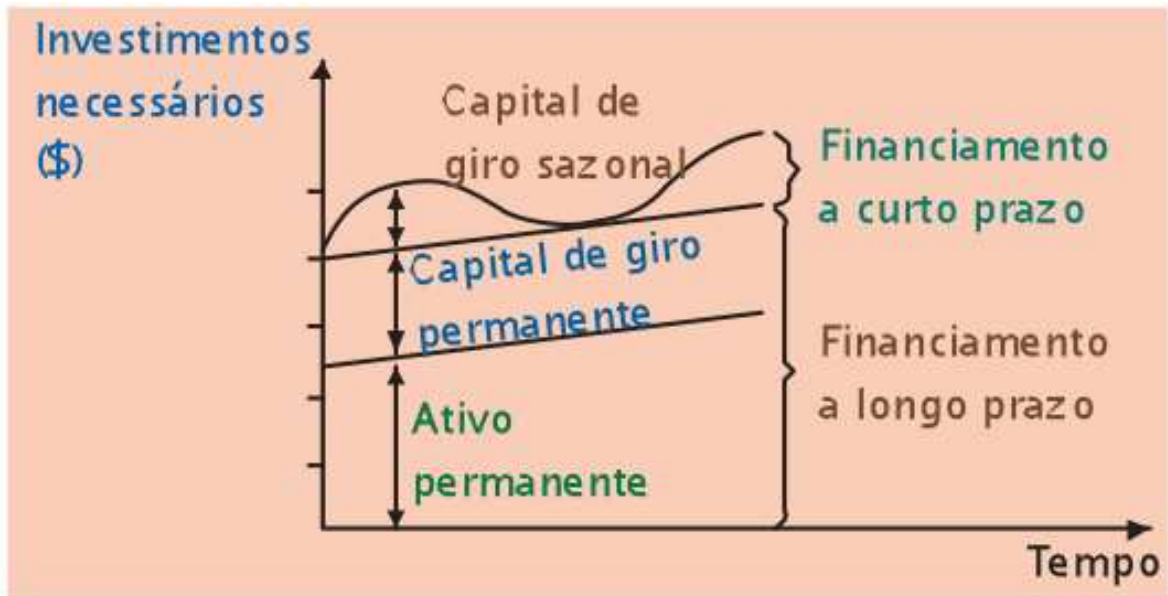


Gráfico 02: Equilíbrio Financeiro Tradicional

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2002)

Neste gráfico 02 pode-se observar que os recursos necessários para financiar o capital de giro sazonal são financiados no curto prazo, enquanto que os destinados a financiar o capital de giro permanente são encontrados em financiamentos de longo prazo, isto tudo sob a ótica de um equilíbrio financeiro tradicional.

Quando a intenção de uma empresa é buscar o risco mínimo, ilustra-se a seguinte situação através do respectivo gráfico:



Gráfico 03: Financiamento de risco mínimo

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2002)

Pode ser observado através deste gráfico que quando se busca o financiamento de risco mínimo o capital de giro sazonal é financiado a longo prazo.

Segundo Assaf Neto e Silva,

A administração do capital de giro diz respeito à administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos e passivos correntes (circulantes), e às inter-relações existentes entre eles. Neste conceito, são estudados fundamentalmente o nível adequado de estoques que a empresa deve manter, seus investimentos em créditos a clientes, critérios de gerenciamento do caixa e a estrutura dos passivos correntes, de forma consistente com os objetivos enunciados pela empresa e tendo por base a manutenção de determinado nível de rentabilidade e liquidez. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 15)

Para determinar o valor do capital de giro circulante líquido, também conhecido como CCL, aplicam-se as seguintes fórmulas:

$$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

ou

$$\text{CCL} = (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}) - (\text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo})$$

Assaf Neto e Silva explicam o seguinte a respeito do cálculo para se obter o valor do CCL:

O capital de giro (circulante) líquido – CCL – é mais diretamente obtido pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Reflete a folga financeira da empresa e, dentro de um conceito mais rigoroso, o CCL representa o volume de recursos de longo prazo (exigibilidades e patrimônio líquido) que se encontra financiando os ativos correntes (de curto prazo). (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 16)

Uma empresa bem administrada não negligencia o seu capital de giro, mas procura observar e adotar uma administração financeira eficiente como o objetivo de alcançar o que definira em seu planejamento estratégico.

2.5.2 Dificuldades na administração do capital de giro

Administrar de maneira eficiente o capital de giro pode ser uma tarefa árdua, a maioria dos administradores financeiros tem buscado este objetivo. Durante este processo de administração do capital de giro, são encontradas algumas dificuldades, tais como:

- a) Redução de vendas;
- b) Crescimento da inadimplência;
- c) Aumento das despesas financeiras;
- d) Aumento dos custos;
- e) Ou alguma combinação dos quatro fatores anteriores.

Assaf Neto e Silva ressaltam o seguinte:

Uma boa administração do capital de giro envolve imprimir alta rotação (giro) ao circulante, tornando mais dinâmico seu fluxo de operações. Este incremento de atividade no capital de giro proporciona, de forma favorável à empresa, menor necessidade de imobilização de capital no ativo circulante e conseqüentemente incentivo ao aumento da rentabilidade. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 19)

Para a minimização destas dificuldades se faz necessário tomar algumas providências, algumas das quais serão mencionadas a seguir.

2.5.2.1 Formação de reserva financeira

A constituição de uma reserva financeira pode ser a solução para algumas das dificuldades a serem enfrentadas no item capital de giro. É difícil prever o que vai acontecer no mercado, mas medidas preventivas podem ser adotadas e o estabelecimento de uma reserva financeira é uma delas.

Num cenário de instabilidade econômico e mercadológico, o estabelecimento de uma boa reserva financeira pode ser a chave para transformar as dificuldades em oportunidade e por esta razão deveria ser a prioridade econômica e financeira de toda micro e pequena empresa.

2.5.2.2 Encurtamento do ciclo econômico

Este item pode ser definido como a rapidez em que uma empresa transforma os insumos adquiridos em produtos e serviços. É relevante considerar que quanto menor for este tempo, menor será a necessidade de capital de giro, ou seja, encurtar o ciclo econômico minimiza a necessidade de ativo circulante.

2.5.2.3 Controle de inadimplência

Uma boa análise antes de vender produtos ou serviços a prazo ajudam a minimizar os riscos da inadimplência. Assim como os bancos e as demais instituições financeiras, as MPEs podem embasar sua análise nos C's do crédito já mencionados anteriormente neste trabalho.

Se uma MPE apresenta uma inadimplência fora de controle, causando grandes prejuízos principalmente no capital de giro, se faz necessário repensar as ações tomadas por estas com o objetivo de minimizar as perdas e respectivo atraso no ciclo econômico.

2.5.2.4 Diminuição das dívidas

As dívidas para uma MPE pode ser um fator impeditivo de seu desenvolvimento e respectivo crescimento. Antes de contrair uma dívida os gestores das MPEs devem analisar a real necessidade e se a empresa realmente terá condições de pagamento mesmo acontecendo eventos inesperados.

2.5.2.5 Prolongamento do perfil de endividamento

A negociação de um maior prazo para o pagamento das dívidas de uma MPE pode ser uma solução para o capital de giro, mas é necessário avaliar o custo de alongamento deste prazo. O gestor de MPE pode pesquisar junto as diversas instituições financeiras o menor valor de prolongamento de prazo e que este seja suportável por sua empresa.

2.5.2.6 Redução dos gastos

Geralmente os gestores procuram melhorar os resultados organizacionais através de aumento da receita ou diminuição dos gastos. Para diminuir os gastos é necessário realizar uma análise minuciosa de todo o ciclo operacional, financeiro e econômico da organização. É importante que se verifique os custos resultantes de tarefas e processos e mapear o que pode realmente ser reduzido.

2.5.3 Ciclos operacional, financeiro e econômico

Estes ciclos quando se trata de uma MPE parecem muito semelhantes, mas a compreensão de suas respectivas diferenças é importante para se conseguir uma boa administração do capital de giro.

Conforme Hoji (2001, p. 25), o ciclo operacional “inicia-se com a compra da matéria-prima e encerra-se com o recebimento da venda”.

Quanto maior for o prazo entre a compra da matéria-prima e o recebimento dos valores resultantes da venda, maior será a necessidade de capital de giro.

De acordo com Assaf Neto e Silva:

O ciclo operacional varia em função do setor de atividade e das características de atuação da empresa. Inúmeras empresas têm ciclo operacional com prazo inferior a um ano; entende-se, nestas situações que o ciclo operacional se repete várias vezes no ano, evidenciando maior giro (rotação) para os investimentos operacionais. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 20)

Após esta definição de conceito de ciclo operacional é importante que se conheça o significado de ciclo financeiro. Assaf Neto e Silva esclarecem o seguinte:

O Ciclo Financeiro mede exclusivamente as movimentações de caixa, abrangendo o período compreendido entre o desembolso inicial de caixa (pagamento de materiais a fornecedores) e o recebimento da venda do produto. Em outras palavras, representa o intervalo de tempo que a empresa necessitar efetivamente de financiamento para suas atividades. Evidentemente, ocorrendo desconto dos títulos representativos da venda a prazo, o ciclo de caixa e, conseqüentemente, o período de necessidade de caixa reduzem-se pelo prazo da operação. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 22)

Observa-se que o ciclo operacional está diretamente ligado ao tempo de transformação da matéria-prima em retorno monetário através das vendas, enquanto que o ciclo financeiro está atrelado às movimentações de caixa. Será explicado também a seguir o ciclo econômico.

Assaf Neto e Silva definem o seguinte a respeito deste ciclo:

O Ciclo Econômico considera unicamente as ocorrências de natureza econômica, envolvendo a compra dos materiais até a respectiva venda. Não leva em consideração, pelo próprio enunciado do ciclo, os reflexos de caixa verificados em cada fase operacional, ou seja, os prazos de recebimentos das vendas e os pagamentos dos gastos incorridos. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 22)

Estes ciclos podem ser representados pelas seguintes expressões:

- a) **Ciclo Operacional** = PME + PMR
- b) **Ciclo Financeiro** = Ciclo Operacional - PMP
- c) **Ciclo Econômico** = Ciclo Operacional — PMC

Onde:

PME= Prazo médio de estocagem

PMR= Prazo médio de recebimento

PMP= Prazo médio de pagamento

PMC= Prazo médio de cobrança

Com uma compreensão dos respectivos ciclos que estão inseridas as MPEs, se faz necessário uma análise de cada ciclo com o objetivo de maximizar seus resultados.

2.5.4 Fator risco-retorno na administração do capital de giro

É importante que os gestores da MPEs tenham dados suficientes para tomar decisões, entre estes dados são importantes aqueles que fazem comparação entre o risco e o retorno principalmente em relação ao capital de giro.

Assaf Neto e Silva esclarecem o seguinte:

Neste objetivo de cortar custos e promover maiores lucros, a unidade decisória envolve-se com o dilema risco retorno, cuja conciliação traz normalmente conflitos ao processo decisório. É aceito que quanto maior o CCL mantido por uma empresa, mais ampla é sua folga financeira e menor o risco de insolvência, ou seja, apresenta-se bastante estreita a relação entre capital de giro, folga financeira e insolvência. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 22)

Conforme a citação acima, as empresas devem buscar um equilíbrio, pois um determinado investimento numa área pode ser oneroso e trazer conseqüências negativas para as empresas.

Uma outra importante observação é realizada por Assaf Neto e Silva (2009) quando este autor menciona que uma maior segurança resultante de uma folga financeira crescente leva a um custo de oportunidade mais elevado para a empresa, pressionando de maneira negativa seus resultados.

Assaf Neto e Silva ponderam acerca do equilíbrio financeiro que

O entendimento do capital de giro insere-se no contexto das decisões financeiras de curto prazo, envolvendo a administração de ativos e passivos circulantes. Toda empresa precisa buscar um nível satisfatório de capital de giro para garantir sustentação de sua atividade operacional. [...] O conceito de equilíbrio financeiro de uma empresa é verificado quando suas obrigações financeiras se encontram lastreadas em ativos com prazos de conversão em caixa similares aos dos passivos. Em outras palavras, o equilíbrio financeiro exige vinculação entre a liquidez dos ativos e os desembolsos demandados pelos passivos. [...] Segundo este conceito, somente a presença de um CCL positivo não se torna indicador seguro de equilíbrio financeiro. É necessário que se identifiquem, nos ativos circulantes, as contas de longo prazo (permanentes) e as variáveis (sazonais). (ASSAF NETO E SILVA, 1995, p. 24)

É importante salientar que cabe aos gestores da MPEs tomarem decisões que busquem o equilíbrio financeiro para suas organizações para que estas alcancem a longevidade em um mercado altamente competitivo como o atual.

2.5.5 Equilíbrio financeiro

É a busca constante pela obtenção de capital de giro suficiente para sustentar seu ciclo operacional.

Assaf Neto e Silva afirmam que o equilíbrio financeiro existem em uma determinada empresa quando:

...suas obrigações financeiras se encontram lastreadas em ativos com prazos de conversão em caixa similares aos dos passivos. Em outras palavras, o equilíbrio financeiro exige vinculação entre a liquidez dos ativos e os desembolsos demandados pelos passivos. (ASSAF NETO E SILVA, 2009, p. 24)

Uma das alternativas mais viáveis para obtenção do equilíbrio financeiro é financiar a necessidade de recursos sazonais com recursos de curto prazo, e utilizar recursos de longo prazo para financiamento do capital de giro permanente.

Outra solução pode ser a formação de previsões de caixa com o intuito de simular possíveis resultados. Ao avaliar várias probabilidades de fluxo de caixa e elaborar ações dentro do planejamento estratégico para aumentar o nível de

segurança da empresa diante de cenários desafiadores.

2.5.6 Indicadores de liquidez

A compreensão dos ativos e passivos à curto prazo facilitam a análise da liquidez de uma determinada empresa. Este é um fator determinante do cálculo da capacidade de pagamento que mesma possui.

Hoji (2001, p. 27) afirma que a liquidez “é a capacidade de pagar compromissos de curto prazo. Em sentido amplo, a liquidez é relacionada com as disponibilidades mais os direitos e bens realizáveis no curto prazo. Em sentido *restrito*, a liquidez é relacionada somente com as disponibilidades”. Trabalhar com um bom controle de caixa é minimizar os riscos e aumentar a probabilidade de honrar seus compromissos.

Assaf Neto e Silva (2009), afirmam o seguinte:

Um importante indicador de liquidez empresarial é o volume de capital circulante líquido, que é medido, conforme largamente comentado, pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante.

Em princípio, quanto maior for este valor, melhor será a posição de liquidez de curto prazo da empresa, ou seja, maior se apresenta sua folga financeira. (ASSAF NETO e SILVA, 2009, p. 29)

Ressalta-se que não existe um único indicador de liquidez, pois esta pode ser observada pelos seguintes modelos: liquidez imediata, liquidez seca e liquidez corrente.

2.5.6.1 Liquidez imediata

Está diretamente ligada a capacidade da empresa utilizando seu saldo disponível para a liquidação de dívidas.

Securato (2002, p. 79), afirma o seguinte:

O Índice de Liquidez Imediata revela quanto a empresa possui de disponibilidades imediatas para cobrir compromissos de curto prazo. Sua validade é contestável, pois a manutenção de elevados recursos como disponibilidade imediata pode significar valores transitórios em caixa ou ineficiência na administração financeira, já que em geral, as empresas procuram manter como disponibilidade imediata apenas um mínimo caixa operacional.

É relevante considerar que o índice de liquidez imediata é importante, mas não pode ser analisado de maneira isolado.

Conforme Assaf Neto e Silva (2009, p. 30), a liquidez imediata “identifica a capacidade da empresa em saldar seus compromissos correntes utilizando-se unicamente de seu saldo disponível. Em outras palavras, revela o percentual das dívidas correntes que podem ser liquidadas imediatamente”.

O cálculo da liquidez imediata é obtido através da razão entre o disponível e o passivo circulante.

2.5.6.2 Liquidez seca

Esta faz uma mensuração das dívidas que uma determinada empresa apresenta no curto prazo e que podem ser liquidadas através de ativos monetários de boa liquidez, tais como, disponível e valores a receber.

Securato afirma o seguinte a respeito deste índice:

...indica, em termos de unidades monetárias, de quanto a empresa dispõe, após a exclusão dos estoques (de realização caixa mais lenta) para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Indica também, como as disponibilidades da empresa, somadas a itens de realização líquida e certa (a não ser que haja problemas sérios de inadimplência), cobrem o passivo circulante. (SECURATO, 2002, p. 79)

Este índice pode ser obtido da seguinte maneira: $(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}) / \text{Passivo Circulante}$.

2.5.6.3 Liquidez corrente

A liquidez corrente é a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, indicando, para cada unidade monetária de dívida de curto prazo, o quanto a empresa possui em seu ativo circulante. Esse índice nada mais é do que a própria

expressão do CCL.

2.5.6.4 CCL X Liquidez

Analisando pelo ponto do capital circulante líquido, onde se obtém o CCL = (Ativo Circulante – Passivo Circulante), pode ser observado que o CCL indica a folga financeira que a empresa apresenta com o objetivo de liquidar seus compromissos no curto prazo. Em outras palavras quanto maior o CCL, menor será o risco de insolvência desta.

Porém deve-se dar atenção a composição deste ativo, pois se este for composto por um v

Todavia, deve-se atentar para a composição do ativo circulante. Se houvesse elevada participação de estoque de baixa rotatividade, a referida folga financeira seria mera ilusão.

2.5.6.5 CCL X Rentabilidade

Um capital circulante líquido elevado prejudica a rentabilidade da empresa, pois o excesso de ativos circulantes poderia indicar ineficiência no uso dos recursos financeiros.

2.6 LIMITE DE CRÉDITO

O limite de crédito pode ser conceituado como sendo os valores disponibilizados pelas instituições financeiras a uma determinada empresa para contratações de empréstimos.

Conforme Silva,

...normalmente, os limites são fixados para atender às necessidades de recursos operacionais do giro da empresas, não sendo prática recomendável a fixação de limites de crédito para operações relevantes de investimento de longo prazo” (SILVA, 1997, p. 249)

O limite é estabelecido conforme informações e documentos (faturamento, balancete, DRE) repassados pela empresa ao Banco, definidos pela política de crédito da instituição. O estabelecimento do limite de crédito facilita e agiliza a contratação das operações, não sendo necessária nova análise da empresa, possibilitando ao banco utilizar os limites nas operações de que atendam a necessidade do cliente. O limite de crédito é estabelecido, normalmente, por um período de um ano, sendo revisado conforme condições de negócios, situação da empresa e condições do mercado.

2.6.1 Classificação das operações de crédito por nível de risco e provisionamento

Segundo Filgueiras (2006), as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil classificarão as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: AA, A, B, C, D, E, F, G e H. As operações de crédito são classificadas nas seguintes modalidades: empréstimos, títulos descontados e financiamentos. Contabilizadas da seguinte forma no Quadro 04:

Classificação (risco)	Provisão mínima (%)	Atrasos (dias)
AA		
A	0,5	
B	1,0	15-30
C	3,0	31-60
D	10,0	61-90
E	30,0	91-120
F	50,0	121-150
G	70,0	151-180
H	100,0	> 180

Quadro 03: Classificação das Operações de Crédito por nível de Risco e Provisionamento
Fonte: Adaptado de Filgueiras (2006)

2.6.2 Sistema de garantia no Brasil: Programa de garantias

Para amenizar a dificuldade de acesso ao crédito no Brasil para as micros, pequenas e médias empresas (MPMEs), foram criados três programas garantidores que são os Fundos de Aval. Em dezembro de 1996 (Artigo II da Lei no 9317), foi lançado o FAMPE – Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa, gerido pelo SEBRAE. Em dezembro de 1997 (Lei no 9531), criou-se o FGPC – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em outubro de 1999 (MP 1.922, de 05/10/99), o Governo Federal instituiu o FUNPROGER – Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda, gerido pelo Banco do Brasil, para as operações no âmbito do PROGER (MELLO, 2007).

Para (MELLO *apud* CASAROTTO E HAMMES, 2000), embora a existência de tais fundos venham facilitar o crédito, uma vez que realmente garantem parte substancial do financiamento do banco, observa-se que, além de onerar significativamente a operação, em razão do custo elevado da comissão de aval, esse sistema não resolve o empecilho da elevada inadimplência. Tomando como exemplo as operações do Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul (BRDE), em Santa Catarina, verifica-se que aquelas que contam com o aval do FAMPE têm apresentado os mesmos índices de inadimplência, em torno de 10% a 15%, que as demais operações no segmento das MPMEs. Além da contração dos empréstimos do governo federal ao segmento das MPMEs, maior parcela dos créditos dos bancos ao setor público destina-se às empresas estatais.

2.6.3 Os programas garantidores no Brasil

Para o SEBRAE (2010), o FUNPROGER, além das MPEs, atende tomadores informais e o FGPC opera também com médias empresas, inclusive exportadoras. Os limites da cobertura alcançam 80%. A alavancagem de garantias sobre o patrimônio varia de 8 (FUNPROGER e FGPC) a 10 vezes (caso do FAMPE). O FUNPROGER e o FAMPE possuem mecanismo limitador de prejuízo líquido ajustável de 6% a 8% da carteira vigente (tolerância máxima de inadimplência). A principal diferença entre os programas está na exigência de garantias acessórias e

de honra de aval. A título de exemplo, o FAMPE e o FUNPROGER requerem ação de execução judicial para honrar integralmente o saldo devedor do financiamento inadimplente, e o FGPC liquida parcelas vencidas.

FAMPE	FUNPROGER	FGPC
Gestor: SEBRAE Lei nº 8.029 de 02/04/1990 Lei nº 10.194 de 14/02/2001	Gestor: Banco do Brasil Lei nº 9.872 de 23/11/1999 Depósitos especiais do FAT	Gestor: BNDES Lei nº 9531 de 10/12/1997 Recursos do Tesouro Nacional
Microempresas: Até R\$ 244.000 Pequeno porte: R\$ 1.200 mil Empresas exportadoras: R\$ 6.125 mil	Informais, MPEs, produtores e associados	Microempresas: R\$ 700 mil Pequenas: R\$ 6.125 milhões Médias: R\$ 35 milhões exportadoras ou fabricantes de insumos usados na exportação
Linhas disponíveis nos agentes financeiros conveniados	PROGER – Urbano	FINAME BNDES Automático BNDES – Exim Pré-Embarque

Quadro 04: Os Programas Garantidores no Brasil

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2010)

Por meio das informações deste quadro pode-se verificar em qual fundo garantidor pertence cada empresa bem como os gestores de cada programa.

2.6.4 Cadastro

A formalização de um contrato de empréstimo para qualquer tipo de finalidade está diretamente relacionada ao cadastramento da empresa deficitária com o Banco. A partir dos dados disponibilizados pela empresa, realiza-se um detalhado estudo de seus números contábeis, como faturamento, balanço e balancetes. Chegando então a um determinado nível de risco que norteará as avaliações necessárias pela instituição financeira no momento da disponibilização ou não do limite de crédito e seu valor.

Os documentos básicos requeridos para o cadastramento/recadastramento e a conseqüente avaliação do limite de crédito são (BANCO DO BRASIL, 2010):

- a) Identificação: documento de constituição e suas alterações posteriores (estatuto, atas, contrato social, requerimento de empresário, etc.), devidamente registrados nos órgãos competentes; comprovante de inscrição e de situação cadastral do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal, emitido, no máximo, há 30 dias, por meio de consulta à Internet (www.receita.fazenda.gov.br); ficha de inscrição estadual, quando existente.
- b) Identificação - Sócios e Dirigentes: apresentar os documentos e o formulário de dados para cadastramento de pessoa física, no caso de sócios e dirigentes da Empresa/Entidade que ainda não estejam cadastrados no Banco.
- c) Relacionamentos: representante legal de sócio considerado por lei incapaz, quando houver; Procurador (anexar procuração).
- d) Bens móveis, imóveis e semoventes: comprovante de propriedade de imóveis (título de propriedade, certidões ou escritura de promessa de compra e venda, registrados); comprovante de pagamento do IPTU ou ITR do último exercício; certidão de comprovação ou inexistência de ônus, emitida há menos de um ano (hipoteca, penhor, alienação fiduciária etc.); comprovante de propriedade de bens móveis (máquinas e implementos); Certidão de Registro e Licenciamento de Veículos do último ano; declaração contendo relação detalhada dos semoventes.

Preenchimento de formulários com informações não constantes nos documentos acima citados.

- a) Formulário de coleta de dados da empresa: Nome da empresa, CNPJ, Contato; Principais clientes; Maiores fornecedores; Assinatura dos responsáveis autorizados pela empresa.
- b) Relação de faturamento: Razão Social, CNPJ; Faturamento Total (últimos 12 meses); Relação de faturamento detalhado mês/mês (últimos 12 meses); Assinatura dos responsáveis autorizados pela empresa.
- c) Cadastramento do Pessoa Física (sócios, dirigentes, representantes legais):

Dados pessoais: Documento de identidade, CPF (dispensável caso o documento de identidade já o contenha), Certidão de casamento (opcional), documento de identidade do cônjuge (opcional), CPF do cônjuge (opcional), comprovante de renda do cônjuge (opcional), e certidão de nascimento para menor representado ou assistido e mandato de tutela ou curatela, se for o caso;

Endereço: Conta de água, luz, telefone ou gás, recibo de aluguel ou de taxa de condomínio, ou contrato de locação, emitidos há menos de 90 dias;

Dados profissionais: Contra-cheque, carteira de trabalho, DECORE - Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, fornecida e assinada por profissional de contabilidade, ou declaração comprobatória de rendimentos fornecida pela empresa;

Bens móveis, imóveis e semoventes: Comprovante de propriedade de imóveis (título de propriedade, certidões ou escritura pública de compra e venda registrados), comprovante de pagamento do IPTU ou ITR do último exercício, certidão de comprovação ou inexistência de ônus, emitida há menos de um ano (penhor, alienação fiduciária, etc), comprovante de propriedade de bens móveis (máquinas e implementos), Certidão de Registro e Licenciamento de Veículos do último ano e declaração contendo relação detalhada dos semoventes.

d) Autorização para levantamento de informações cadastrais – SCR (empresa, sócios e dirigentes);

e) Autorização para levantamento de informações cadastrais – REFIS.

É relevante considerar que um cadastro bem realizado auxilia na tomada de decisão em relação ao fornecimento de crédito bem como aumenta a probabilidade de retornos dos valores solicitados e contratados.

2.7 PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO NO MERCADO BRASILEIRO

Definido o limite de crédito o banco contrata operações com a empresa definindo a linha de crédito de sua necessidade. Linha de crédito é a operação do

empréstimo podendo ser, por exemplo: cheque especial; desconto de duplicadas; entre outros.

As diversas linhas de empréstimos e financiamentos dos bancos variam conforme as características operacionais dos respectivos bancos, quanto ao tipo de cliente e aos produtos destinados a esses clientes. Há situações de bancos que estruturam operações para atender exatamente às necessidades de seus clientes quanto ao montante, prazo e forma de pagamento, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, há no mercado bancário diversos produtos que, mesmo aparecendo com nomes diferentes de um banco para outro, são praticamente iguais. (SILVA, 1998, p.44)

A Figura 02 demonstra de forma objetiva as possibilidades de obtenção de capital de giro por meio de recursos operacionais e de recursos financeiros de curto e longo prazo.

Ativo Circulante	Passivo Circulante	
Caixa e Bancos Aplicações Financeiras	Fornecedores Salários e Encargos	} Fontes Operacionais
Contas a Receber Estoques	Financiamentos Duplicatas Descontadas	
		} Fontes Financeiras

Figura 02: Fontes de Financiamento Capital de Giro

Fonte: Adaptado de INEPAD (2010)

As fontes operacionais de capital de giro, conforme INEPAD (2010) surgem a partir das operações da empresa, sendo que no Brasil representam aproximadamente 22% do Ativo Circulante. Tais operações podem ou não ter custos explícitos. As principais fontes são fornecedores, impostos e obrigações sociais, salários e adiantamento a clientes.



Figura 03: Fontes Operacionais
 Fonte: Adaptado de INEPAD (2010)

INEPAD (2010), destaca a importância dos fornecedores da seguinte maneira:

- a) Principal fonte de financiamento;
- b) Crédito recebido de acordo com o nível de atividade da empresa;
- c) Possibilidade de consignação e/ou parcerias;
- d) Avaliar termos de crédito (prazo, descontos, etc).

Em relação aos impostos INEPAD (2010) afirma:

- a) Os encargos gerados pelo atraso são de alto custo e devem ser evitados;
- b) É importante manter-se em dias com os tributos para obtenção de certidões negativas;
- c) Em caso de inadimplência há possibilidade de parcelamento.

Salários e encargos sociais segundo INEPAD (2010) deve ser tratados da seguinte maneira:

- a) Salários do mês podem ser pagos até o quinto dia útil do mês seguinte;
- b) Os encargos sociais são recolhidos no mês subsequente ao da folha do mês;
- c) Atrasos provocam desmotivações no grupo.

Conforme INEPAD (2010) adiantamentos a clientes:

- a) Ocorre normalmente quando o produto é feito por encomenda; ou
- b) Quando a demanda é maior que a oferta.

As fontes financeiras para capital de giro podem ser entendidas como crédito obtido através das instituições financeiras (bancos comerciais e múltiplos, financeiras, empresas de factoring, etc). Algumas exigências são impostas pelos bancos, sendo realizada antes da negociação uma análise de risco de crédito da empresa, análise da reciprocidade bancária (saldo médio, seguros, abertura de conta salário, etc) e confecção do contrato (valor, custos, tributação, prazos, taxas e garantias).

A seguir serão descritas as principais modalidades de crédito que viabilizam a obtenção de Capital de Giro no mercado brasileiro.

2.7.1 Crédito rotativo

Capital do qual a totalidade ou parte do montante torna-se disponível após a utilização, geralmente dentro das mesmas condições, sendo utilizado de acordo com a necessidade da empresa.

De acordo com Fortuna (1999, p. 125), “os contratos de abertura de crédito rotativo são linhas de crédito abertas com um determinado limite e que a empresa utiliza à medida de suas necessidades, ou mediante apresentação de garantias em duplicata”.

Um exemplo de crédito rotativo é o cheque especial e este será apresentado a seguir.

2.7.1.1 Cheque especial

Também denominado cheque empresarial ou cheque empresa, é um empréstimo de natureza rotativa, em conta corrente, destinado a suprir eventuais necessidades de capital de giro, garantindo a cobertura de saques a descoberto em conta corrente, cumulativo até o limite e prazo contratado (FIESP, 2010).

Conforme (FIESP, 2010) as principais características são::

- a) Beneficiários: Pessoas jurídicas em geral.
- b) Valor: o limite é definido pela instituição financeira, conforme capacidade de pagamento da empresa.

c) Prazo: definido pela instituição financeira. Em média, os contratos são formalizados em até 120 dias.

d) Encargos:

Taxa - pré-fixada: incidente sobre os valores utilizados e respectivo prazo. Para cálculo dos juros devidos, em geral, as instituições financeiras somam os valores utilizados em um determinado período (mês cheio ou 30 dias corridos) e, sobre o somatório, aplicam a taxa mensal de juros convertidas para um dia;

IOF: Incidente sobre os prazos e valores utilizados, conforme legislação em vigor. Nessa modalidade, o IOF é cobrado somente após a utilização do crédito. Para calcular o valor devido, as instituições financeiras somam os valores utilizados em um determinado período (mês cheio ou 30 dias corridos). Sobre o somatório, aplicam a alíquota para um dia;

Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição para cada contrato conforme sua tabela de tarifas.

e) Forma de Liberação: automática, até o limite contratado.

f) Forma de Pagamento dos encargos: ao final de cada mês ou na data mensal de aniversário do contrato.

g) Forma de pagamento do principal: O principal poderá ser amortizado automaticamente, total ou parcialmente, a qualquer tempo durante a vigência do contrato através de depósito em conta corrente.

h) Garantias: Nota Promissória com aval dos sócios ou de terceiros que possuam algum bem. A percentagem da garantia será definida pela instituição financeira.

Em relação ao cheque especial é importante informar que este é uma espécie de crédito rotativo, e que o cliente tem um limite pré-estabelecido pela instituição financeira e que este encontra-se anexado a própria conta corrente. Pode-se dizer que uma das características do cheque especial é sua praticidade para utilização. O próximo modelo a ser apresentado neste trabalho é a modalidade de conta garantida.

2.7.1.2 Conta garantida

É uma conta empréstimo separada da conta corrente, com limite de crédito de utilização rotativa destinado a suprir eventuais necessidades de capital de giro (FIESP, 2010).

De acordo com a FIESP (2010) as características da conta garantida são:

- a) Beneficiários: Pessoas jurídicas.
- b) Valor: limite definido pela instituição financeira conforme capacidade de pagamento da empresa.
- c) Prazo: definido pela instituição financeira. Em média os contratos são formalizados em 120 dias.
- d) Encargos:

Taxas - pré ou pós-fixadas: (CDI ou TR + juros mensais) incidente sobre os valores utilizados e respectivo prazo. Para cálculo dos juros devidos, as instituições financeiras somam os valores utilizados em um determinado período (mês cheio ou 30 dias corridos) e, sobre o somatório, aplicam a taxa mensal de juros convertidas para um dia.

IOF: incidente sobre os prazos e valores utilizados, conforme legislação em vigor. Nessa modalidade, o IOF é cobrado somente após a utilização do crédito e para calcular o valor devido as instituições financeiras somam os valores utilizados em um determinado período (mês cheio ou 30 dias corridos). Sobre o somatório, aplicam a alíquota para um dia.

Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição para cada contrato, conforme tabela de tarifas.

- e) Forma de liberação: por solicitação do cliente, a instituição financeira transfere o valor desejado, até o limite contratado, para a conta corrente.
- f) Forma de Pagamento dos encargos: Ao final de cada mês ou na data de aniversário do contrato.
- g) Forma de pagamento do principal: O principal poderá se amortizado total ou parcialmente a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, por solicitação à instituição financeira, que transferirá o valor solicitado para amortização, da conta corrente para a conta garantida.
- h) Garantias: Nota Promissória com aval dos sócios ou terceiros que possam apresentar algum bem; Caução de Títulos de Crédito (Duplicatas ou

cheques pré-datados); Alienação fiduciária / hipoteca; Outras, a critério da instituição financeira; O percentual da garantia será definido pela instituição financeira.

No caso específico da conta garantida, observa-se a particularidade desta estar desvinculada da conta corrente e uma das formas que as instituições utilizam é a arrecadação de cheques pré-datados dos clientes como meio garantidor de pagamento da operação. A próxima modalidade de crédito rotativo a ser apresentada neste trabalho é denominada de *hot money*.

2.7.1.3 Hot Money

Securato (2002, p. 25), define *hot money* como sendo uma “operação caracterizada por um empréstimo de curtíssimo prazo, de 1 a 10 dias, que empresas tomam para suprir necessidades imediatas de recursos”.

Características:

- a) Financiamento de curtíssimo prazo;
- b) Contrato garantido por duplicatas ou nota promissória;
- c) Taxas de juros: CDI + spread.
- d) Formas de pagamento através de juros antecipados e principal no final ou juros e principal no final.

Esta modalidade de crédito rotativo de curtíssimo prazo tem como garantia de operação nota promissória ou duplicata, é uma forma de empréstimo a ser usada de maneira emergencial. O próximo tópico a ser abordado neste estudo é o desconto e este pode ser: desconto de duplicatas/títulos, de cheque pré-datado, de nota promissória e de fatura de cartão de crédito.

2.7.2 Descontos

Operação oferecida como ferramenta aos empresários para recebimento e antecipação de seus créditos, propiciando liquidez imediata à sua carteira de recebíveis.

2.7.2.1 Desconto de duplicatas/títulos

Esta modalidade de crédito conhecida como desconto de duplicatas/títulos é definida por Securato (2002, p. 25), como sendo “operação em que uma instituição financeira adianta recursos ao cliente, referentes a valores de duplicatas geradas de vendas mercantis, recebendo como garantia tais duplicatas”.

Conforme FIESP (2010), as principais características desta modalidade de empréstimo são::

- a) Beneficiários: pessoas jurídicas, emitentes de duplicatas mercantis e/ou de serviços.
- b) Valor: valor da(s) duplicata(s) entregue(s) e capacidade de pagamento do cliente, conforme limite de crédito definido pela instituição financeira.
- c) Prazo: conforme prazo da duplicata. Quando mais de uma duplicata for entregue, é calculado o prazo médio para desconto.
- d) Encargos:
 - Taxa - pré-fixada: cobrada antecipadamente sobre o valor da(s) duplicata(s) entregue(s);
 - IOF: Incidente sobre o valor líquido do desconto (valor das duplicatas, menos taxa de desconto);
 - Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição para cada contrato, conforme sua tabela de tarifas;
 - Tarifa de cobrança: cobrada pela instituição, por duplicata, conforme sua tabela de tarifas.
- e) Forma de Pagamento: na data de liquidação das duplicatas os valores recebidos amortizam automaticamente o valor do empréstimo. Caso o sacado não efetue o pagamento da duplicata no prazo de vencimento, a instituição financeira cobrará o valor correspondente da empresa emissora com base no Direito de regresso.
- f) Garantias: a própria duplicata endossada entregue para desconto. Nota Promissória anexa ao borderô de desconto com aval dos sócios ou de terceiros que possam apresentar algum bem.

No caso de desconto de duplicatas e títulos é importante informar que a responsabilidade de pagamento passará ao cedente caso esta não seja paga no prazo pré-estabelecido. A seguir será abordado desconto de cheque pré-datado.

2.7.2.2 Desconto de cheque pré-datado

Empréstimo destinado a antecipar os valores a receber das vendas a prazo, financiadas através da emissão de cheques pré-datados emitidos por terceiros (FIESP, 2010).

Características de desconto de cheque pré-datado conforme FIESP (2010):

- a) Beneficiários: pessoas jurídicas.
- b) Valor: valor do(s) cheque(s) entregue(s) e capacidade de pagamento do cliente, conforme limite de crédito definido pela instituição financeira. Prazo Conforme prazo do(s) cheque(s). Quando mais de um cheque for entregue é calculado o prazo médio para desconto.
- c) Encargos:
 - Taxa - pré-fixada: cobrada antecipadamente sobre o valor do(s) cheque(s) entregue(s);
 - IOF: Incidente sobre o valor líquido (valor do cheque menos taxa de desconto) colocado à disposição do cliente;
 - Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição, conforme sua tabela de tarifas;
 - Tarifa de custódia: Cobrada pela instituição, por cheque, conforme sua tabela de tarifas.
- d) Forma de Liberação: o valor líquido é liberado em conta corrente. Forma de Pagamento Através da compensação dos cheques depositados, em conta específica da instituição financeira, nas datas pré-estabelecidas. Caso o cheque seja devolvido, o valor correspondente será cobrado da empresa, por meio de débito em conta corrente.
- e) Garantias: o próprio cheque. Nota Promissória anexada ao Borderô de desconto, com aval dos sócios ou de terceiros que possam apresentar algum bem.

O desconto de cheques pré-datados é muito utilizado pelas empresas, é uma forma de receber antecipadamente através da operação conhecida comumente como custódia de cheques. A próxima modalidade de desconto a ser tratada neste trabalho é a de nota promissória.

2.7.2.3 Desconto de nota promissória

É um empréstimo destinado a financiar as necessidades de capital de giro em geral, através da emissão de uma única Nota Promissória pelo devedor a favor da instituição financeira (FIESP, 2010).

Características:

- a) Beneficiários: pessoas jurídicas.
- b) Valor: valor da Nota Promissória emitida e capacidade de pagamento do cliente, conforme limite de crédito definido pela instituição financeira.
- c) Prazo: conforme prazo da Nota Promissória e disponibilidade de recursos da instituição financeira pelo prazo solicitado pelo cliente.
- d) Encargos:
 - Taxa - pré-fixada: cobrada antecipadamente sobre o valor da Nota Promissória entregue;
 - IOF: Incidente sobre o valor líquido (valor na Nota Promissória menos taxa de desconto) colocado à disposição do cliente;
 - Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição, conforme sua tabela de tarifas.
- e) Forma de Liberação: o valor líquido é liberado em conta corrente.
- f) Forma de Pagamento: amortização total na data de liquidação da Nota Promissória através de débito na conta corrente.
- g) Garantias: aval na Nota Promissória dos sócios ou de terceiros que possam apresentar algum bem.

Na operação de desconto de nota promissória, assim como o de duplicatas, cabe às instituições financeiras fazer uma análise minuciosa com o objetivo de zelar pela qualidade do empréstimo. A seguir será tratado do desconto de fatura de cartão de crédito.

2.7.2.4 Desconto de fatura de cartão de crédito

Empréstimo destinado a antecipar os valores a receber das vendas efetuadas por meio de cartões de crédito (FIESP, 2010).

Características do desconto de fatura de cartão de crédito conforme FIESP (2010):

- a) Beneficiários: pessoas jurídicas (principalmente do segmento de comércio e serviços).
- b) Valor: valor resultante do valor da(s) fatura(s) dos cartões, menos a taxa de administração cobrada pela administradora de cartões, conforme limite de crédito definido pela instituição financeira.
- c) Prazo: prazo entre a data da operação de desconto e a data de recebimento do repasse dos recursos a ser efetuada pela administradora de cartões de crédito para empresa.
- d) Encargos:
 - Taxa - pré-fixada: cobrada antecipadamente sobre o valor resultante do valor da(s) faturas(s), menos a taxa de administração cobrada pela administradora de cartões de crédito;
 - IOF: Incidente sobre o valor líquido do desconto (valor das faturas, menos a taxa de desconto);
 - Taxa de Abertura de Crédito: cobrada pela instituição, conforme sua tabela de tarifas.
- e) Forma de Liberação: o valor líquido é liberado em conta corrente.
- f) Forma de Pagamento: amortização na data de recebimento do repasse, pela administradora, a ser efetuado pela instituição financeira.
- h) Garantias: direitos creditórios das faturas dos cartões de crédito.

O mercado exige flexibilidade e vender com cartão de crédito é uma opção. O adiantamento destas vendas pode ser essencial para suprir a necessidade de capital de giro da empresa. É importante também que se conheça a Resolução 2.770.

2.7.3 Resolução 2.770

Empréstimo indexado à variação cambial destinado a financiar as necessidades de capital de giro em geral. Os recursos são normalmente aplicados para suprir eventuais necessidades do caixa da empresa, para reposição de estoques, pagamento de impostos e outras (FIESP, 2010).

Características, segundo FIESP (2010):

- a) Beneficiários: pessoas jurídicas que desejam aumentar o prazo de pagamentos de seus passivos ou necessitam de recursos para financiar principalmente capital de giro e investimentos. É importante observar que esta modalidade de crédito é mais indicada para empresas que possuam ativos indexados à variação cambial, pois deste modo elas estarão mais aptas a suportar possíveis oscilações cambiais.
- b) Valor: determinado pela área de crédito conforme limite de crédito definido pela instituição financeira.
- c) Prazo: mínimo de 90 dias e máximo limitado ao vencimento da operação de captação pela instituição financeira.
- d) Encargos:
 - Libor (fixa ou variável) + Spread;
 - IOF - isento de IOF conforme legislação vigente;
 - Taxa de Abertura de Crédito - TAC: cobrada pela instituição, conforme sua tabela de tarifas.
- e) Forma de Liberação: crédito em conta corrente.
- f) Forma de Pagamento: a critério da instituição financeira, com base na forma de pagamento da captação no exterior.
- g) Garantias: Nota Promissória com aval dos sócios ou terceiros que possam apresentar algum bem; Caução de títulos de crédito (Duplicatas ou cheques pré-datados); Alienação fiduciária; Hipoteca; Outras a critério da instituição financeira. O percentual da garantia será definido pela instituição financeira, conforme modalidade e grau de liquidez da garantia apresentada.
- h) Restrições: esta modalidade de empréstimo é vedada para pessoas físicas e/ou firmas individuais; Sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários; Companhias de seguro e capitalização; Empresas de administração ou participação (inclusive empresas de administração de crédito).

Após apresentar estas diversas modalidades de crédito em que uma empresa pode utilizar com o objetivo de suprir a necessidade de capital de giro, serão apresentados neste estudo a apresentação dos dados e respectiva análise dos resultados.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentadas as principais linhas de crédito para capital de giro existente no mercado brasileiro. Para esta apresentação foram consideradas os principais bancos em quantidade de ativos conforme análise do Banco Central em 2009.

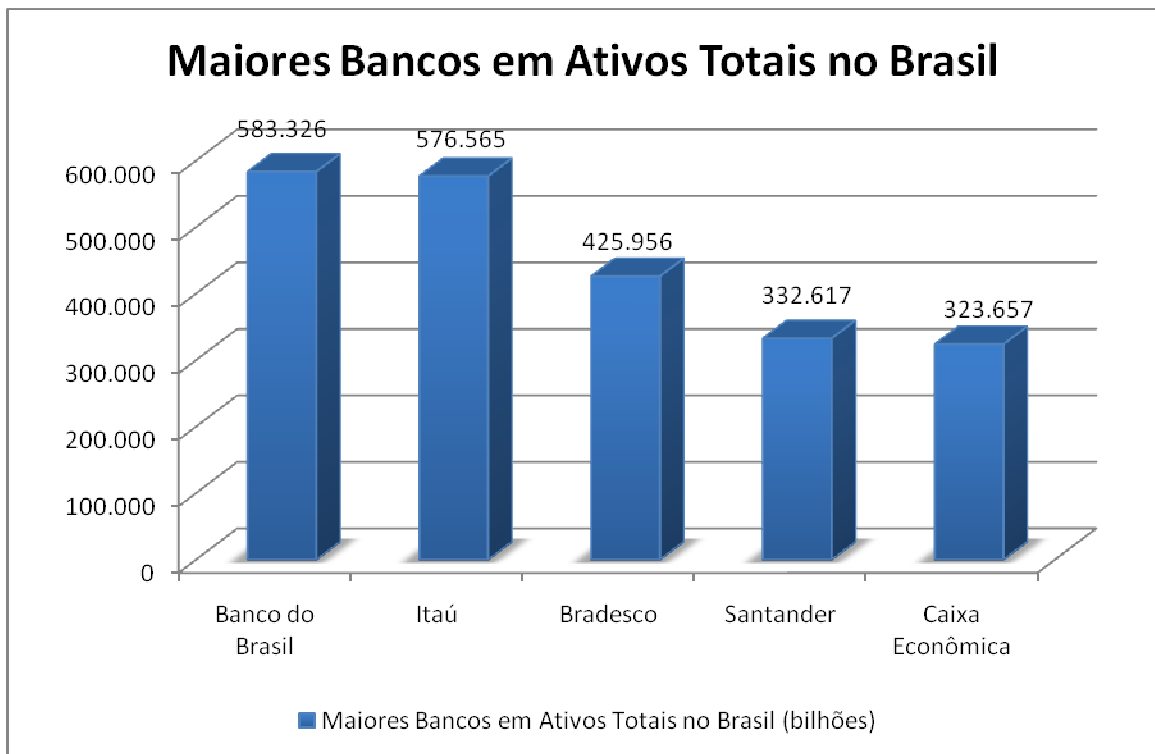


Gráfico 04: Maiores Bancos no Mercado Brasileiro

Fonte: Banco Central (2009)

Ao observar o Gráfico 04 e notar a liderança mercadológica do banco do Brasil o item ativos, se torna importante citar as principais linhas de crédito oferecidas por estas cinco instituições, dando ênfase ao Banco do Brasil.

3.1 BANCO DO BRASIL

Destaca-se por sua grandeza e pioneirismo, ou seja, o Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no país, sendo criado em 12 de outubro de 1808 e, hoje, é a maior instituição financeira em atuação no mercado. Possui mais de 15 mil pontos

de atendimento, entre agências e postos, estando presente na maioria dos municípios brasileiros e em mais de 21 países do mundo.

Pode-se dizer que um dos diferenciais é a reduzida taxa de juros que é aplicada nas operações destinadas ao financiamento de capital de giro.

São suas principais linhas de crédito para financiamento de capital de giro:

- a) BB Giro Rápido;
- b) BB Giro Empresa Flex;
- c) BB Giro Décimo Terceiro Salário;
- d) Capital de Giro Mix Pasep;
- e) Cheque Ouro Empresarial;
- f) FAT Giro Setorial;
- g) BB Capital de Giro;
- h) Antecipação de Recebíveis.

A seguir serão citadas as principais características das referidas linhas de empréstimo acima citadas.

3.1.1 BB Giro Rápido

Conforme Banco do Brasil (2010) esta linha é definida como sendo crédito cujo objetivo principal é suprir as necessidades imediatas de caixa de uma empresa.

É importante salientar que este tipo de financiamento apresenta uma combinação de capital de giro com cheque especial numa mesma operação.

A seguir serão delineadas as características dos itens que compõe esta combinação.

3.1.1.1 Capital de giro

Conforme Banco do Brasil (2010), estas são suas principais características:

- a) Limite de crédito de até R\$ 100 mil;
- b) Parcelamento em 24 parcelas mensais;
- c) Carência de até 59 dias para o pagamento da primeira parcela;

- d) Taxa de juros entre 2,36 % e 2,42% a.m, sendo que a taxa aplicada é definida de acordo com a parceria negocial entre empresa e banco;
- e) Renovação automática;
- f) A data de pagamento é definida pela empresa e a cada parcela o empréstimo pode ser refinanciado;
- g) Financiamento da fatura ourocard empresarial.

3.1.1.2 Cheque especial

Este item é caracterizado de acordo com Banco do Brasil (2010) da seguinte maneira:

- a) Limite de crédito de R\$ 20 mil;
- b) Credibilidade, tradição e plena aceitação no mercado;
- c) Facilidade de acesso ao crédito e na liberação dos recursos;
- d) Amortizações automáticas.

3.1.2 BB giro empresa flex

Banco do Brasil (2010) define esta Linha de crédito como sendo um apoio a gestão de fluxo de caixa e tem em seu nome a palavra flex, pois em uma única operação abrange capital de giro e financiamento para aquisição de bens e serviços.

É importante citar que existe flexibilidade também na escolha da periodicidade do pagamento das parcelas, sendo que estas podem ser: mensais, bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais ou até mesmo com cronograma livre.

Outras das principais características conforme Banco do Brasil (2010) são as seguintes:

- a) Liberação dos recursos diretamente na conta corrente da empresa ou na conta do fornecedor;
- b) Reutilização dos valores amortizados;
- c) Encargos são definidos de acordo com o relacionamento entre empresa e banco;
- d) Pagamento pode ser efetuado em até trinta e seis parcelas;
- e) Data de pagamento conforme escolha do cliente;

- f) Renovação automática;
- g) Aplicação de alíquota zero de IOF para clientes exportadores.

3.1.3 BB giro décimo terceiro salário

É uma fonte de financiamento, cujo objetivo é assegurar o pagamento do décimo terceiro salário dos empregados de uma empresa juntamente com os encargos sociais.

Segundo Banco do Brasil (2010), as principais características desta linha de crédito são as seguintes:

- a) Pagamento em até treze parcelas mensais;
- b) Alternativa da escolha da data de pagamento;
- c) Carência de até 59 dias para pagamento da primeira parcela;
- d) Taxa de juros é negociada de acordo com o relacionamento entre empresa e banco.

3.1.4 BB capital de giro Mix Pasep

De acordo com Banco do Brasil (2010) BB Capital de Giro Mix Pasep é definida como sendo uma linha de crédito fixo, disponibilizados para as empresas adquirirem matéria prima, pagar impostos ou aproveitamento de oportunidades de negócios.

As principais características desta linha de crédito, segundo o Banco do Brasil (2010), são as seguintes:

- a) Pagamento do financiamento em até vinte e quatro parcelas mensais;
- b) Taxa de juros de TR (Taxa Referencial) mais uma taxa que varia entre 2,92% a 3,29% a.m. dependendo do nível de relacionamento entre empresa e banco.

3.1.5 Cheque ouro empresarial

É conhecido também como cheque especial destinado às empresas. Em outras palavras é uma conta empresarial com um determinado limite disponibilizado pelo banco.

Conforme Banco do Brasil (2010), as principais características desta linha de financiamento são:

- a) Crédito rotativo;
- b) Taxa de juros a partir de 6% a.m.;
- c) Renovação automática.

3.1.6 FAT giro setorial

Banco do Brasil (2010) define o FAT Giro Setorial como sendo “uma linha de crédito criada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, que tem por objetivo propiciar a geração ou manutenção de emprego e renda”.

As principais características desta linha de crédito, conforme Banco do Brasil (2010) são:

- a) Parcelamento em até vinte e quatro meses, sendo possível cinco meses de carência ;
- b) Limite de até R\$ 100 mil;
- c) Taxa de juros a partir de TJLP mais 3,73% ao ano, sendo que esta representa uma taxa de 0,78% ao mês.
- d) Recursos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

3.1.7 BB capital de giro

É uma linha de crédito cujo objetivo principal é o ajuste do fluxo financeiro de uma determinada empresa.

Segundo Banco do Brasil (2010) esta linha de crédito é caracterizada da seguinte maneira:

- a) Atendimento às necessidades financeiras de determinada empresa, considerando especialmente o fluxo financeiro;
- b) Possibilidade de escolha da data para pagamento dos encargos financeiros;
- c) Flexibilidade em adequar as condições do empréstimo à capacidade de pagamento;
- d) Possibilidade de escolha da forma de correção dos encargos: prefixados ou pós-fixados;
- e) O prazo para pagamento pode ser negociado entre empresa e banco.

3.1.8 Antecipação de recebíveis

É a forma em que o Banco do Brasil antecipa os valores os valores que serão recebidos por meio de venda a prazo. Estes recebíveis são os denominados cheques pré-datados, duplicatas e as vendas efetuadas através de cartões de crédito.

As principais linhas dessa modalidade serão resumidas e demonstradas nos Quadros 05 e 06 a seguir.

	Desconto de Cheques	Desconto de títulos	ACL VISA	ACL com recursos do FAT
Descrição	Antecipação mediante desconto de cheques pré-datados emitidos por terceiros e custodiados no Banco.	Antecipação mediante recebimento das vendas a prazo de bens e serviços.	Mediante antecipação do valor líquido das vendas com cartões de crédito VISA.	Mediante antecipação do valor líquido das vendas com cartões de crédito VISA.
Público Alvo	Pessoas jurídicas, empresários individuais e pessoas físicas.	Pessoas jurídicas e empresários individuais.	Estabelecimentos afiliados à Visanet, inclusive profissionais liberais e demais pessoas físicas que desenvolvam atividade comercial, com domicílio bancário no Banco.	MPEs do setor turístico, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões.
Juros	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.
Prazo da operação	De 2 dias a 180 dias.	De 5 dias a 360 dias.	De 2 a 360 dias.	De 2 a 360 dias.
Custo	A partir de 1,67% a.m., variando conforme o prazo da operação.	A partir de 1,90% a.m., variando conforme o prazo da operação.	A partir de 1,47% a.m., variando conforme o prazo da operação.	Calculados à taxa prefixada equivalente na data da antecipação a TJLP mais 10% ao ano.
Garantia	Fidejussórias e/ou reais.	Fidejussórias e/ou reais.	Penhor dos créditos provenientes dos pagamentos das faturas devidas pela Visanet.	Penhor dos créditos provenientes dos pagamentos das faturas devidas pela Visanet.
Características especiais	-	-	-	Específico para empresas que atuem nos seguintes segmentos econômicos segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas: CNAE 55.13, 55.19, 55.21, 55.22, 55.24, 55.29 e 63.30.
Fonte de recursos	BB.	BB.	BB.	FAT.

Quadro 05: Antecipação Banco do Brasil

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil (2010)

	<i>BB Giro Rápido</i>	<i>BB Giro Automático</i>	<i>Cheque Ouro Empresarial</i>	<i>BB Giro Décimo Terceiro Salário</i>
Descrição	Composto de modalidade de crédito fixo reutilizável e de crédito rotativo (cheque especial).	Ideal para pagamento das compras efetuadas por meio do cartão Ourocard Empresarial.	Capital de giro, mediante abertura de crédito rotativo.	Destinado a financiar o pagamento de 13º salário, incluídos os encargos sociais, das empresas (linha disponível para contratação de agosto a janeiro de cada ano).
Público Alvo	MPEs com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões.	MPEs com faturamento bruto anual de até R\$ 500 mil e com no mínimo 1 ano de atividade econômica.	Pessoas jurídicas e empresários individuais.	Empresas clientes do Banco.
Parâmetros da linha	De R\$ 2 mil a R\$ 100 mil.	De R\$ 500,00 a R\$ 5 mil.	De R\$ 1 mil a R\$ 1 milhão.	Valor da folha de pagamento, acrescido dos encargos sociais.
Tarifa	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.
Juros	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.
Prazo da operação	18 parcelas com renovação automática, e carência de até 59 dias para pagamento da 1ª parcela de capital.	-	12 meses.	12 meses
Juros	No crédito fixo de 2,17% a.m. a 2,51% a.m.	2,42% a.m.	De 2,28% a 7,63% a.m.	Cliente com Fopag no BB: TR + 1,58% a.m.; Clientes sem Fopag: TR + 2,49% a.m.
Forma de pagamento	18 parcelas mensais e sucessivas.	12 parcelas mensais e sucessivas.	-	-
Garantia	Fiança dos sócios e/ou terceiros.	Fiança dos sócios e/ou terceiros.	Fiança e ou aval dos sócios ou de terceiros.	Garantias fidejussórias e/ou reais.
Fonte de recursos	FAT e BB	FAT e BB.	BB	PASEP e BB.

Quadro 06: Crédito rotativo Banco do Brasil

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil (2010)

3.2 ITAÚ

Esta instituição teve sua história oficial iniciada em 30 de dezembro de 1943. Foi chamado inicialmente de Banco Central de Crédito na cidade de São Paulo.

É importante considerar que em novembro de 2008 ocorreu um fato marcante em sua história, ou seja, neste ano ocorreu sua fusão com o Unibanco, passando a ser chamado de Itaú Unibanco Holding AS. Esta importante fusão possibilitou um crescimento considerável desta instituição.

Algumas de suas principais modalidades para Capital de Giro são destacadas nos Quadros 07 e 08 a seguir.

	Desconto Duplicatas Escritural	Desconto Duplicatas em Cobrança	Desconto Duplicata Física	Desconto Cheques Pré-datados
Descrição	Antecipação do recebimento de duplicatas.	Antecipação de recebíveis através de convenio de cobrança junto ao banco.	Antecipação do recebimento de duplicatas físicas.	Antecipação do recebimento de cheques pré-datados.
Juros	Juros simples e prefixados, pagos na contratação.	Juros simples e prefixados, pagos na contratação.	Juros simples e prefixados, pagos na contratação.	Juros simples e prefixados, pagos na contratação.
Prazo da operação	3 a 180 dias.	3 a 180 dias.	3 a 180 dias.	3 a 180 dias.
Tarifa	Conforme tabela de tarifas utilizada pelo Banco.	Conforme tabela de tarifas utilizada pelo Banco.	Conforme tabela de tarifas utilizada pelo Banco.	Conforme tabela de tarifas utilizada pelo Banco.
IOF	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado automaticamente no ato da contratação.

Quadro 07: Antecipação Itaú

Fonte: Adaptado de Itaú (2010)

	Itaú Giropré	Itaú Giropós	Itaú Hot Money	Itaú Caixa Reserva	Conta Hot
Descrição	Opção de empréstimo para suprir às necessidades de capital de giro da empresa no curto e no médio prazo.	Opção de empréstimo de curto a médio prazo, com taxa pós-fixada, ajustada mensalmente de acordo com a variação do CDI.	Empréstimo feito sob medida para atender às necessidades imediatas de caixa de sua empresa.	Limite de crédito em conta empréstimo, movimentada por transferências para conta corrente. Crédito com taxa de juros reduzida que poderá ser utilizado sempre que necessário.	Limite de crédito em conta empréstimo movimentado por transferências para conta corrente. A taxa de juros é ajustada diariamente em função da variação do CDI e os encargos podem ser cobrados diária ou mensalmente.
Valor Mínimo	R\$ 1.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Juros	Prefixado.	Pós-fixado.	Prefixado. Pago junto com o principal no vencimento do contrato.	Prefixado. Pago mensalmente e no vencimento do contrato.	Ajustado diariamente e pago diária ou mensalmente, conforme a modalidade.
Prazo da operação	No ato da negociação.	2 a 12 meses.	1 a 63 dias.	mensal.	30, 60, 90, 180 ou 270 dias
Tarifa	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.
IOF	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado automaticamente no ato da contratação.	Debitado em conta corrente no primeiro dia útil de cada mês.	Debitado em conta corrente no primeiro dia útil de cada mês.
Forma de pagamento	Parcelas mensais iguais, compostas do valor principal financiado mais juros.	Parcelas Flex: as datas de vencimento e o valor principal de cada parcela são determinados de acordo com a necessidade de sua empresa.	A qualquer momento, por solicitação do cliente.	A qualquer momento, por solicitação do cliente.	A qualquer momento, por solicitação do cliente ou através da internet.
Garantia	Determinado no ato da negociação com o Banco.	Aval, Duplicatas, Penhor Mercantil ou Alienação Fiduciária de Veículos, Máquinas e Equipamentos.	Duplicatas, nota promissória avalizada, penhor mercantil ou alienação de veículos e máquinas.	Duplicatas, Cédula de Crédito Bancário Avalizada, Cheques Pré-Datados, Veículos ou Recebíveis Redecard ou Visa.	Duplicatas, Cédula de Crédito Bancário Avalizada, Aplicações Financeiras, Recebíveis Redecard, Visa, Penhor Mercantil ou Cheques Pré-Datados.

Quadro 08: Crédito rotativo Itaú

Fonte: Adaptado de Itaú (2010)

3.3 BRADESCO

Inicialmente recebeu o nome de Casa Bancária Almeida em meados de 1943 na cidade de São Paulo e posteriormente passou a ser chamado de Banco Brasileiro de Descontos SA, ou pela sigla Bradesco. Destaca-se por suas parcerias e incorporações, com destaque para a compra do Banco BCN (1997), parceria com a varejista Casas Bahia em 2004, aquisição das operações da American Express (2006), compra do Banco Ibi em 2009 cuja cifra beirou R\$ 1,5 bilhão.

Possui 17 milhões de clientes com uma rede de mais de 3 mil agências por todo o território nacional, e quase 6 mil agências Banco Postal¹, em parceira com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Destaca-se sendo o maior empregador privado do Brasil. Seus principais produtos para Capital de Giro estão descritos nos Quadros 09 e 10.

	Desconto de Duplicatas	Desconto de Cheques	Desconto de Recebíveis Visa
Descrição	Antecipação do recebimento de duplicatas.	Antecipação do recebimento de cheques pré-datados.	Antecipação do recebimento de suas vendas com cartão de crédito Visa.
Prazo da operação	De 10 dias a 210 dias.	De 5 dias a 210 dias.	Conforme vencimentos dos recebíveis disponíveis na agenda Visa.
Forma de pagamento	A negociar com o Banco.	A negociar com o Banco.	A negociar com o Banco.
Juros/tarifas	Cobrados no ato da operação.	Cobrados no ato da operação.	Tarifa isenta. Juros e o IOF são cobrados no ato da operação.
Garantia	Duplicatas (quando se tratar de desconto de duplicatas físicas).	Ocorre com a compensação e a liquidação dos cheques.	Recebíveis Visa agendados.

Quadro 09: Antecipação Bradesco

Fonte: Adaptado de Bradesco (2010)

¹ Banco associado a um sistema postal, que tem como premissa a inclusão bancária de milhões de brasileiros.

	Capital de Giro	CG Recursos Externos	CG Multirrecebíveis	Arranjo Produtivos Locais	Conta Garantida	Limite Rotativo Flex
Descrição	Financiamento do ciclo operacional, como compra de matérias-primas, mercadorias, pagamento a fornecedores, salários e encargos com pessoal, tributos.	Repasse de recursos captados pelo Banco no exterior, de acordo com a Resolução 2770, destinado aos clientes pessoas jurídicas sediados no país.	Obteção de recursos via utilização dos recebíveis de duplicatas, cheques e cartões de crédito VISA, AMEX, MASTERCARD e Cartão VISA VALE (Refeição/Alimentação) como garantia.	Destinadas a atender as necessidades das micro, pequenas e médias empresas participantes do Projeto APL - Arranjos Produtivos Locais.	Crédito rotativo disponível na conta corrente para ser utilizado a qualquer momento.	Disponível para suprir eventuais necessidades de caixa da empresa, que poderá realizar quantas transações desejar.
Público Alvo	Pessoas Jurídicas que possuem cadastro e limite de crédito aprovado.	Pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras sediadas no país, de qualquer porte, que se dediquem as atividades industriais, comerciais e agropecuárias.	Pessoas Jurídicas que possuem cadastro e limite de crédito aprovado.	Pessoas Jurídicas que possuem cadastro e limite de crédito aprovado e são participantes do projeto APL - Arranjos Produtivos Locais.	Pessoas Jurídicas que possuem cadastro e limite de crédito aprovado.	Pessoas Jurídicas que possuem cadastro e limite de crédito aprovado.
Juros	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociado.	A ser negociada nas Agências, a cada operação.
Prazo da operação	Determinado no ato da negociação.	Determinado no ato da negociação.	Determinado no ato da negociação.	Determinado no ato da negociação.	Determinado no ato da negociação.	Determinado no ato da negociação.
Forma de pagamento	Mensais, ou de acordo com o fluxo de caixa do cliente.	Negociáveis, de acordo com os recursos captados no Exterior.	Mensais ou de acordo com o fluxo de caixa do cliente.	Até 90 dias de carência para pagamento da primeira parcela. Após o período de carência, serão cobrados principal e encargos mensais.	-	-
Custo	o valor da operação é creditado na conta corrente do cliente já deduzidos os valores referentes a tarifa e ao IOF.	Variação Cambial + Taxa/Comissão + IOF.	IOF, Tarifa de Abertura de Crédito.	IOF, Tarifa de Abertura de Crédito.	-	-
Garantia	Cessão Fiduciária de Duplicatas ou Direitos Creditórios, Cheques, Alienação Fiduciária de Bens Móveis, Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, Hipoteca, Cobrança Simples, Aval, Recebíveis Multicartões Bradesco e Aplicação Financeira.	-	A garantia poderá ser constituída com os recebíveis de duplicatas, cheques e recebíveis dos cartões de crédito VISA, AMEX, MASTERCARD e Cartão VISA VALE (Refeição/Alimentação).	Cessão Fiduciária de Duplicatas, Aval, Cobrança Simples, Cheques Custodiados, Recebíveis de Cartões de Crédito e Alienação Fiduciária de Bens Móveis.	-	-

Quadro 10: Crédito rotativo Bradesco

Fonte: Adaptado de Bradesco (2010)

3.4 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Teve como fundação e início de suas atividades em 12 de janeiro de 1861, tendo como fundador D. Pedro II e tinha como principal finalidade o incentivo à poupança e a concessão de empréstimos com a garantia do governo imperial. Atualmente é o maior banco público da América Latina, destacando-se por grandes operações comerciais e de cunho social junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), PIS (Programa de Integração Social) e Habitação Popular. A CEF também no financiamento de obras públicas, destinando recursos principalmente voltados para o saneamento básico. As principais modalidades para Capital de Giro disponibilizadas pela Caixa seguem nos Quadros 11 e 12 a seguir.

	Antecipação de Recebíveis	Desconto de Cheque	Desconto de Duplicatas
Descrição	Antecipação de recebíveis garantidos por contratos de compra e venda, de prestação de serviço ou de arrecadação.	Antecipação do fluxo de caixa por meio de cheques pré-datados de emissão de terceiros.	Antecipação do fluxo financeiro por meio do desconto de títulos.
Público Alvo	Empresas comerciais, industriais e de serviços, de micro e pequeno porte.	Empresas comerciais, industriais e de serviços, de micro e pequeno porte.	Empresas comerciais, industriais e de serviços, de micro e pequeno porte.
Limite	Variável, de acordo com o tipo de atividade da empresa.	Definido de acordo com a capacidade de pagamento de sua empresa.	Definido de acordo com a capacidade de pagamento de sua empresa.
Juros	Prefixados e atribuída em função do prazo: De um a seis meses: 3,59% a.m. a 4,14% a.m. De sete a 12 meses: 3,59% a.m. a 4,30% a.m. Remuneratórios, incidentes sobre a média do somatório de utilização do limite de crédito, cobrados na parcela mensal.	Remuneratórios prefixados, cobrados antecipadamente, na concessão da operação.	Remuneratórios prefixados, cobrados antecipadamente na concessão da operação.
Prazo da operação	Até 12 meses.	De 6 dias úteis a 150 dias corridos. Já o prazo do contrato de limite de crédito é de 360 dias.	De 6 dias úteis a 120 dias corridos. Já o prazo do contrato de limite de crédito é de 360 dias.
Tarifa	TAC/TARC exigida no ato da concessão. Tarifa de serviço pela cobrança.	Tarifa de concessão de Desconto, cobrada a cada desconto de borderô.	Tarifa de Concessão de Desconto, cobrada a cada concessão de borderô e Tarifas do Serviço de Cobrança.
IOF	conforme legislação em vigor.	Conforme legislação vigente.	conforme legislação vigente.
Forma de pagamento	Liquidação automática da operação de desconto pela compensação dos cheques no vencimento dos títulos descontados.	Liquidação automática da operação de desconto pela compensação dos cheques no vencimento dos títulos descontados.	Liquidação automática da operação de desconto pelo pagamento do título pelo sacado.
Garantia	Caução de recebíveis. Acessórias: Aval dos proprietários, sócios, dirigentes em Nota Promissória. Outras: Podem ser exigidas outras garantias a critério da CAIXA.		

Quadro 11: Antecipação Caixa Econômica Federal

Fonte: Adaptado de Caixa Econômica Federal (2010)

				Credito Especial Empresa			
	Giro Caixa Fácil	Conta Garantida Caixa	Cheque Especial PJ	CG/pré – pagam. único	CG/pré – parcelado	CG/pós – parcelado	Giro-renda Caixa Exportação
Descrição	Empréstimo sem destinação específica, disponibilizado na forma de limite de crédito pré-aprovado.	Empréstimo rotativo destinado às micro e pequenas empresas.	Crédito rotativo destinada às micro e pequenas empresas.	Empréstimo sem destinação específica com modalidades adequadas a diversos fluxos de caixa.			Financiamento de CG isolado para atividades de exportação, visando o aumento da base exportadora do Brasil, com a utilização de recursos do FAT.
Limite	De R\$ 1.000,00 a R\$ 60.000,00	Definido de acordo com a capacidade de pagamento da empresa definido pelo Banco.	De R\$ 800,00 até o limite máximo condicionado à análise da sua capacidade econômico-financeira.	De R\$ 3.000,00 até o limite máximo determinado com base na análise da empresa.			Até R\$ 250 mil.
Juros	Mensais prefixados.	Pós-Fixados (sobre o valor utilizado).	Prefixados (sobre o valor utilizado no mês e exigido no 1º dia útil do mês subsequente).	Prefixados.	Prefixados.	Pós-fixados.	
Prazo da operação	Mínimo de 30 dias e o máximo de 18 meses.	Até 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos.	Até 360 dias para pagar, prorrogável por iguais períodos.	De 01 a 59 dias	De 02 a 12 meses.	De 02 a 18 meses.	De 1 a 12 meses, com até 6 meses de carência, incluída no prazo total.
Tarifa	TAC: 1% do valor da transação, limitada ao mínimo de R\$ 20,00 e máximo de R\$ 100,00 e cobrada a cada utilização do limite, incorporado ao saldo e financiado com o valor principal.	TAC/TARC: Exigida no ato da concessão.	TAC/TARC: exigida no ato da concessão.	TAC/TARC: Exigida no ato da concessão.			
IOF	Cobrado sobre o valor total utilizado no mês conforme legislação em vigor.	Cobrado sobre o valor total utilizado no mês conforme legislação em vigor.	Cobrado sobre o valor total utilizado no mês conforme legislação em vigor.	Cobrado sobre o valor total utilizado no mês conforme legislação em vigor.			
Forma de pagamento	Prestações mensais calculadas pela Tabela PRICE, debitadas preferencialmente, por meio de conta corrente.	O limite utilizado pode ser coberto a qualquer momento, por meio de créditos na conta garantida.	Os créditos efetuados na conta de depósitos da empresa amortizam a dívida.	No vencimento.	Prestações mensais (amortização + juros), calculadas pela Tabela PRICE.	Prestações mensais calculadas pela Tabela PRICE.	
Garantia	Nota promissória assinada pelos principais sócios da empresa como co-devedores.	Aval dos principais sócios/dirigentes com uma das garantias: caução de duplicatas mercantis, cheques pré-datados, faturas de cartão de crédito, depósitos ou aplicações financeiras; alienação fiduciária de veículos, imóveis ou máquinas/equipamentos.	Formalização de Cédula de Crédito Bancário (CCB), assinada pelo sócio-gerente e demais sócios como co-devedores e por terceiros.	Nota Promissória pró-solvendo, assinado pelos principais sócios dirigentes da empresa como co-devedores; garantias adicionais, se a análise exigir.			

Quadro 12: Crédito rotativo Caixa Econômica Federal

Fonte: Adaptado de Caixa Econômica Federal (2010)

3.5 SANTANDER

Instituição oriunda da Espanha e somente em 1982 teve a abertura da primeira agência em território brasileiro. Um marco importante de sua história no Brasil foi a compra do Banco Real em 2008.

Para a modalidade de Capital de Giro destacam-se os seguintes produtos descritos nos Quadros 13 e 14.

	Supergiro Cartões
Descrição	Antecipação de recebíveis futuros oriundos de faturamento com cartões das bandeiras VISA e MASTERCARD.
Volume	De R\$ 10 mil e máximo conforme aprovação de crédito, podendo ser disponibilizado até dez vezes o faturamento médio mensal com vendas nos cartões VISA e/ou MASTERCARD.
Juros	Pré ou pós-fixada
Prazo da operação	De 2 a 60 meses.
Forma de pagamento	No vencimento, parcelado ou modular.
Tarifa	No ato da contratação.
Garantia	Penhor de direitos creditórios VISA e/ou MASTERCARD, conforme volume aprovado.

Quadro 13: Antecipação Santander

Fonte: Adaptado de Santander (2010)

	Supergiro Final	Supergiro Parcelado	Supergiro Modular	Supergiro Net	Cheque Empresa	Conta Garantida Santander
Descrição	Empréstimo de curto e médio prazo, com liquidação do principal ao final e pagamento mensal de juros. Ideal para financiar estoques, caixa e despesas ou antecipar recebíveis.	Empréstimo de curto, médio e longo prazo, com liquidação em parcelas mensais. Ideal para financiar folha de pagamento; investir em infra-estrutura, máquinas e equipamentos; ajustar o fluxo de caixa e antecipar recebíveis.	Empréstimo de médio e longo prazo, com liquidação em fluxo flexível.	Empréstimo de curto e médio prazo, com liquidação em parcelas mensais iguais e sucessivas.	Crédito disponibilizado na conta corrente destinado a suprir eventuais necessidades financeiras.	Crédito rotativo disponível para ser utilizada sempre que necessário.
Limite	De R\$ 1 mil e máximo conforme aprovação de crédito.	De R\$ 1 mil e máximo conforme aprovação de crédito.	De R\$ 1 mil e máximo conforme aprovação de crédito.	De R\$500 e máximo de R\$50 mil, conforme aprovação de crédito.		
Juros	Pré ou pós-fixada	Pré ou pós-fixada	Pré ou pós-fixada	Única, pré-fixada.	Pré-fixado cobrado somente sobre o saldo devedor.	Pré Fixados e Pós Fixados (CDI).
Prazo da operação	Mínimo de 2 e máximo de 180 dias - conforme aprovação de crédito.	Mínimo de 2 e máximo de 24 meses - conforme aprovação de crédito.	Mínimo de 2 e máximo de 60 meses - conforme aprovação de crédito.	Mínimo de 1 e máximo de 12 meses - conforme aprovação de crédito.		Mínimo: 30 dias - Máximo: 180 dias.
Tarifa	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.	No ato da contratação.	TAC e IOF.	TAC: 2% do valor do limite concedido, limitado a R\$ 180,00.
Forma de pagamento	Única parcela de principal ao final do prazo e liquidação mensal do juros.	Parcelas mensais sucessivas, com possibilidade de carência para o primeiro pagamento (conforme aprovação de crédito).	Parcelas em quantidade, datas de vencimento e valores variáveis dentro do prazo da operação.	Parcelas mensais iguais e sucessivas, sem possibilidade de carência.		
Garantia	Aval, recebíveis (cheque, duplicata, cartão, contratos), garantias reais (propriedade fiduciária, hipoteca), aplicação financeira, entre outras.	Aval, recebíveis (cheque, duplicata, cartão, contratos), garantias reais (propriedade fiduciária, hipoteca), aplicação financeira, entre outras.	Aval, recebíveis (cheque, duplicata, cartão, contratos), garantias reais (propriedade fiduciária, hipoteca), aplicação financeira, entre outras.	Aval.	Aval (Cédula de Crédito Bancário).	Duplicatas, Cheques, Recebíveis de cartões de crédito VISA e MASTERCARD, Direitos creditórios de contratos, Investimentos, Propriedade fiduciária de bens, Hipoteca, Aval (sócios, diretores ou terceiros).
Características Especiais	Ideal para financiar estoques, caixa e despesas ou antecipar recebíveis.	Ideal para financiar folha de pagamento; investir em infra-estrutura, máquinas e equipamentos; ajustar o fluxo de caixa e antecipar recebíveis.	Ideal para ajuste de fluxo de caixa sazonal, investimentos com retorno irregular, antecipação de recebíveis de periodicidade variável.	Disponibilizado limite de crédito prévio, dentro do qual são liberadas operações diretamente pelo cliente por meio do Internet Banking Empresarial. Ideal para ajuste emergencial de fluxo de caixa.	-	Conta empréstimo separada da conta corrente, com limite de crédito rotativo você pode sacar e amortizar o empréstimo quando quiser.

Quadro 14: Crédito Rotativo Santander

Fonte: Adaptado de Santander (2010)

3.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

É importante salientar que o mercado bancário brasileiro é altamente competitivo, e cada uma de suas instituições financeiras procura atrair clientes através de diferenciais.

Ao analisar os cinco maiores bancos em ativos, cuja informação é fornecida através do Banco Central, pode-se observar que muitas linhas de crédito no que se refere ao capital de giro são semelhantes, tanto nos limites, e também em suas principais características, mudando claro, a nomenclatura de algumas delas, pois são personalizadas para cada instituição.

Entre os cinco maiores bancos atuantes no mercado brasileiro, ou seja, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal, pode ser observado nas informações fornecidas por estas instituições, uma maior flexibilidade encontrada no Banco do Brasil e no Bradesco no que se refere às taxas de juros, que pode ser negociada e na maioria das vezes determinada pelo grau de relacionamento entre cliente e instituição.

Observa-se também que o Banco do Brasil oferece linhas de créditos específicas, tais como: BB Giro Mix Pasep e BB Giro 13º Salário.

De acordo com Banco do Brasil (2010) BB Capital de Giro Mix Pasep é definida como sendo uma linha de crédito fixo, disponibilizados para as empresas adquirirem matéria prima, pagar impostos ou aproveitamento de oportunidades de negócios.

Sendo que o BB Giro 13º Salário é definido por Banco do Brasil (2010) como sendo uma fonte de financiamento, cujo objetivo é assegurar o pagamento do décimo terceiro salário dos empregados de uma empresa juntamente com os encargos sociais.

Com todas as informações fornecidas pelas instituições financeiras cabe ao gestor de micro e pequenas empresas observar a que mais se adéqua a necessidade de sua respectiva organização, mas é importante salientar que o produto oferecido pelo Banco do Brasil, denominado de FAT giro setorial é

altamente atrativo pela baixa taxa de juros, o prazo de pagamento e até mesmo a carência que pode ser utilizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos que merecem destaque como parâmetros de finalização do trabalho seguem nas seções.

4.1 GENERALIDADES

Primeiramente é importante que o gestor de micro e pequena empresa, conheça plenamente a real necessidade de financiamento de capital de giro e que estes recursos sejam realmente utilizados totalmente na necessidade detectada.

Ao detectar a necessidade de financiamento de capital de giro, se faz necessário, uma pesquisa junto às instituições financeiras e verificar qual a linha em que sua respectiva empresa é enquadrada, e averiguar qual instituição apresenta maiores vantagens para sua organização.

Salienta-se que neste trabalho foram disponibilizadas as principais linhas de capital de giro oferecidos pelas cinco maiores instituições financeiras presentes no mercado brasileiro, nutrindo assim, com informações que facilitam à tomada de decisão dos micro e pequenos empresários.

Um bom gestor deve sempre estar procurando as melhores soluções para que ocorra uma recuperação de custos e despesas ocorridos durante o ciclo operacional e aproveitar as melhores oportunidades com o objetivo de alcançar os resultados planejados.

Portanto, a administração do capital de giro e da liquidez requer um planejamento estratégico de curto prazo, com vistas a produzir resultados que irão refletir a saúde financeira da empresa e sua imagem perante o mercado. Nesse sentido, referenciais como, capital de giro, ciclo econômico, operacional e financeiro, equilíbrio financeiro e gerenciamento das disponibilidades assumem papéis relevantes no processo de tomada de decisão.

4.2 ALCANCE DOS OBJETIVOS

Diante dos objetivos determinados no início do trabalho, destacam-se o êxito no alcance e conseqüente explanação a respeito da caracterização do processo de administração do capital de giro, a delineação das modalidades de crédito existentes no portfólio das instituições financeiras do mercado brasileiro e a demonstração das principais linhas disponibilizadas pelos bancos.

4.3 LIMITAÇÕES DE PESQUISA

Uma das dificuldades encontradas inicia-se com a falta de informação de maneira clara e objetiva no sentido de informar em qual linha de crédito é enquadrada uma micro e pequena empresa, bem como uma orientação de acesso ao crédito por parte das instituições pesquisadas. É importante salientar que foi utilizada como base de informações a pesquisa bibliográfica e que não foram realizadas entrevistas em micro e pequenas empresas ou mesmo em bancos.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Sem a intenção de esgotar o assunto, sugere-se um estudo mais aprofundado das Organizações Não Governamentais de Microcrédito e sua importante função de disponibilização de crédito para micro e pequenas empresas. Salienta-se que estas organizações oferecem crédito até mesmo para empresas informais e por isto a recomendação de verificação das vantagens e desvantagens do microcrédito na economia de um município, estado e país.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. e SILVA, César A. T. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Administração do capital de giro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. **Administração do capital de giro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO DO BRASIL. Apresenta informações sobre: **Cadastro pessoa jurídica em instituição financeira e linhas de crédito**. Disponível em: <www.bb.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2010.

BODIE, Z, MERTON R. **Finanças**. 1 ed. Porto Alegre: Bookmam, 2002.

BRADERSCO. Apresenta informações sobre: **Linhas de crédito**. Disponível em: <www.bradesco.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2010.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Apresenta informações sobre: **Linhas de crédito**. Disponível em: <www.caixa.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2010.

CASAROTTO FILHO, Nelson & HAMMES, Antônio Ervino. **Sociedades de garantia solidária**: uma alternativa de acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas. Florianópolis: UFSC, 2000.

FLEURIET, Michel; KENDY, Ricardo; BLANC, Georges. **O Modelo Fleuriet**: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Apresenta informações sobre: **Linhas de crédito rotativo e descontos**. Disponível em: <www.fiesp.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FILGUEIRAS, Cláudio. **Manual de contabilidade bancária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GITMAN, Laurence J. **Princípios de administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1987

_____. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

INEPAD – Instituto de Pesquisa e Ensino em Administração. Apresenta informações sobre: **Fonte de Financiamento para Capital de Giro**. Disponível em: <www.fadepe.com.br>. Acesso em: 27 abr. 2010.

ITAÚ. Apresenta informações sobre: **Linhas de crédito**. Disponível em: <www.ita.com.br>. Acesso em: 01 mai. 2010.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KUSTER, Edison; KUSTER Fabiane Christina; KUSTER, Karla Sophia. **Administração e financiamento do capital de giro**. 2. ed. Curitiba: Jurua, 2006.

KRUGLIANSKAS, Isak. **Tornando a pequena e média empresa competitiva**. São Paulo: IEGE, 1996.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.

_____, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: execução e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. v. 2.

MELLO, Ricardo Alexandre de. **Sistema Nacional de Garantias: Alternativa Eficaz de Acesso ao Crédito para Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. Joinville: Letrad`agua, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: **projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SACHS, Ignacy. **A inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho docente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTANDER. Apresenta informações sobre: **Linhas de crédito**. Disponível em: <www.santander.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2010.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. Brasília: DIEESE, 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Apresenta informações sobre: **Aspectos econômicos das Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2010.

SILVA, Antônio Carlos R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1998.